

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio
Relatório sobre a revisão de informações
trimestrais acompanhado das Informações
Contábeis Intermediárias Individuais

Em 30 de setembro de 2020

12/novembro/2020

À:

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio

At.: Acionistas, Conselheiros e Administradores

Ref.: Relatório sobre a revisão de informações trimestrais do período findo em 30 de setembro de 2020 – REL-2020

Prezados Senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.S.^{as} o Relatório sobre a revisão de informações trimestrais acompanhado das informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de setembro de 2020.

Atenciosamente,

Concesão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais acompanhado das informações contábeis intermediárias

Em 30 de setembro de 2020



Grant Thornton

Índice

	Página
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	3
Informações contábeis intermediárias	5
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de setembro de 2020	12

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações trimestrais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as Notas explicativas nºs 1.1. e 1.2 às informações contábeis intermediárias, que indicam que a Companhia: (i) incorreu em prejuízo de R\$ 170.456 mil durante o período findo em 30 de setembro de 2020, situação agravada pela queda na receita operacional da crise provocada pelo Coronavírus; e (ii) o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 398.086 mil, causado, principalmente, pelo registro no passivo circulante de empréstimos, financiamentos e debêntures no montante de R\$ 405.203 mil. Em 30 de setembro de 2020, esses eventos e condições, juntamente com outros assuntos descritos naquelas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos da administração com relação a esses assuntos estão descritos na Nota explicativa nº 1.2. As informações contábeis intermediárias não incluem nenhum ajuste que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a este assunto.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 2.2. às informações contábeis intermediárias, em decorrência da reclassificação de passivo financeiro não circulante para o passivo circulante, a Companhia reclassificou o balanço patrimonial correspondente para fins de comparação, de acordo com a NBC TG 23 – “Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro” e a IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a este assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2020.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	12.730	162.955
Aplicações financeiras	4	53.956	56.593
Contas a receber	5	7.288	41.186
Estoques	6	79.232	71.025
Tributos a recuperar	7.a	10.774	9.220
Adiantamentos		2.436	5.278
Despesas antecipadas		19.694	8.864
Partes relacionadas	8	70	133
Outros		504	503
Total do ativo circulante		<u>186.684</u>	<u>355.757</u>
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras	4	4.238	3.327
Contas a receber	5	9.829	14.288
Tributos a recuperar	7.a	6.015	5.997
Impostos diferidos	7.b	122.710	34.790
Partes relacionadas	8	30	10.352
Depósitos judiciais	14	29.807	48.863
Imobilizado	9	50.798	56.877
Intangível	10	2.086.249	2.120.639
Total do ativo não circulante		<u>2.309.676</u>	<u>2.295.133</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>2.496.360</u>	<u>2.650.890</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	30/09/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	11	87.437	80.359
Empréstimos e financiamentos	12	72.025	47.747
Debêntures	12	333.178	271.720
Tributos a recolher	7.c	1.696	3.760
Obrigações com empregados e administradores		38.234	33.291
Concessão de serviço público	13	-	2.255
Dividendos e Juros sobre capital próprio	8/15.c	2.557	2.557
Adiantamentos de clientes		23.834	36.758
Partes relacionadas	8	25.809	13.552
Total do passivo circulante		<u>584.770</u>	<u>491.999</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	12	311.183	324.917
Debêntures	12	327.802	408.748
Parte relacionada	8	53.629	39.705
Tributos a recolher	7.c	187	187
Concessão de serviço público	13	7.402	8.715
Provisão para riscos processuais	14	29.577	26.813
Receita diferida		2.168	720
Outros		2.928	2.916
Total do passivo não circulante		<u>734.876</u>	<u>812.721</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15.a	1.344.160	1.344.160
Reserva legal	15.b	538	538
Reserva de retenção de lucros	15.b	1.472	1.472
Prejuízos acumulados		(170.456)	-
Patrimônio Líquido		<u>1.175.714</u>	<u>1.346.170</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.e	1.000	-
Total do patrimônio líquido		<u>1.176.714</u>	<u>1.346.170</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>2.496.360</u></u>	<u><u>2.650.890</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÓRIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS DE
TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por lote de mil ações)

	Nota	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019
Receita operacional líquida	16	310.660	600.688	88.901	212.940
Custo dos serviços prestados	16	(368.080)	(386.144)	(119.235)	(126.293)
LUCRO BRUTO (PREJUÍZO)		(57.420)	214.544	(30.334)	86.647
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	16	(137.877)	(148.194)	(46.832)	(49.534)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(2.874)	4.095	(2.630)	1.193
RESULTADO OPERACIONAL		(198.171)	70.445	(79.796)	38.306
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					
Receitas financeiras	17	33.727	18.974	9.339	7.532
Despesas financeiras	17	(95.654)	(96.822)	(29.034)	(31.975)
Total		(61.927)	(77.848)	(19.695)	(24.443)
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(260.098)	(7.403)	(99.491)	13.863
Imposto de renda e contribuição social	7.d	89.642	1.611	33.717	(6.398)
(PREJUÍZO) LUCRO DO PERÍODO		(170.456)	(5.792)	(65.774)	7.465
(Prejuízo) Lucro básico e diluído por lote de mil ações (em reais)	18	(0,118)	(0,004)	(0,045)	0,005

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	<u>1.344.160</u>	<u>-</u>	<u>538</u>	<u>7.661</u>	<u>-</u>	<u>1.352.359</u>
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.792)</u>	<u>(5.792)</u>
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019	<u>1.344.160</u>	<u>-</u>	<u>538</u>	<u>7.661</u>	<u>(5.792)</u>	<u>1.346.567</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	<u>1.344.160</u>	<u>-</u>	<u>538</u>	<u>1.472</u>	<u>-</u>	<u>1.346.170</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	<u>-</u>	<u>1.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.000</u>
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(170.456)</u>	<u>(170.456)</u>
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020	<u>1.344.160</u>	<u>1.000</u>	<u>538</u>	<u>1.472</u>	<u>(170.456)</u>	<u>1.176.714</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS DE
TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	<u>01/01/2020 a</u> <u>30/09/2020</u>	<u>01/01/2019 a</u> <u>30/09/2019</u>	<u>01/07/2020 a</u> <u>30/09/2020</u>	<u>01/07/2019 a</u> <u>30/09/2019</u>
(PREJUÍZO) LUCRO DO PERÍODO	(170.456)	(5.792)	(65.774)	7.465
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>(170.456)</u>	<u>(5.792)</u>	<u>(65.774)</u>	<u>7.465</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS DE
NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	30/09/2020	30/09/2019
Receitas		327.304	619.623
Prestação de serviços	16	321.413	619.715
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa		(5.287)	(92)
Outras receitas		11.178	-
Insumos adquiridos de terceiros		(213.394)	(220.186)
Custos das mercadorias e serviços vendidos		(55)	(103)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(213.339)	(220.083)
Valor adicionado bruto		113.910	399.437
Retenções		(118.987)	(123.138)
Depreciação e amortização	9 e 10	(118.987)	(123.138)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		(5.077)	276.299
Valor adicionado recebido em transferência		33.727	18.974
Receitas financeiras	17	33.727	18.974
Total do valor adicionado a distribuir		28.650	295.273
Distribuição do valor adicionado		28.650	295.273
Pessoal e encargos		152.747	156.244
Remuneração direta		96.637	102.509
Benefícios		44.347	44.757
FGTS		10.873	8.978
Outros		890	-
Impostos, taxas e contribuições		(65.046)	38.900
Federais		15.223	58.061
Estaduais		1.644	2.856
Municipais		6.008	11.700
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(87.921)	(33.717)
Remuneração capital de terceiros		111.404	105.921
Juros		62.607	74.367
Aluguéis		2.191	1.683
Outras		46.606	29.871
Remuneração de capital próprio		(170.455)	(5.792)
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores		(170.455)	(5.792)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	30/09/2020	30/09/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo antes dos impostos e contribuição		(260.098)	(7.403)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	9 e 10	118.987	115.154
Baixa de imobilizado e intangível	9 e 10	494	7.238
(Reversão) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	5	5.219	563
Variações monetárias e encargos, líquidos		59.113	72.228
Provisão para riscos processuais		2.764	-
Outros		4.988	532
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	5	33.139	(7.459)
Estoques	6	(8.207)	(15.569)
Tributos a recuperar	7	2.507	(4.177)
Depósitos judiciais		19.056	298
Adiantamentos e despesas antecipadas		(7.988)	(1.682)
Outros		(1)	(242)
Parte relacionada	8	10.384	100
(Aumento) redução nos passivos operacionais:			
Fornecedores		18.722	(11.919)
Obrigações com empregados e administradores		4.943	950
Tributos a recolher	7	(2.064)	790
Receita diferida		1.448	(87)
Adiantamentos		(12.923)	6.756
Parte relacionada	8	26.181	3.778
Obrigações com poder concedente		(3.569)	-
Outras obrigações e contas a pagar		11	410
Caixa líquido gerado na operação		<u>13.106</u>	<u>160.259</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos/compensados		(2.358)	(1.685)
Caixa líquido provenientes da atividades operacionais		<u>10.748</u>	<u>158.574</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado		(1.931)	(9.187)
Aquisição de intangível		(88.725)	(60.790)
Aplicações financeiras		1.726	(998)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(88.930)</u>	<u>(70.975)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos e financiamentos	12	18.000	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	12	(22.199)	(44.994)
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	12	(68.844)	(81.684)
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.e	1.000	-
Concessão/Pagamento de Outorga		-	365
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(72.043)</u>	<u>(126.313)</u>
REDUÇÃO LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>(150.225)</u>	<u>(38.714)</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	162.955	179.573
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	<u>12.730</u>	<u>140.859</u>
REDUÇÃO LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>(150.225)</u>	<u>(38.714)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Operações da Companhia

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“MetrôRio” ou “Companhia”) foi constituída sob a forma de “sociedade por ações” em 20 de agosto de 2008, com prazo indeterminado, tendo por objeto a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou do exterior. A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores.

Com o processo de otimização da estrutura societária ocorrido em 2009, ocorreu a incorporação da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. por Megapar Participações S/A, que assumiu a denominação social da Companhia que passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros. O MetrôRio detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro por meio da arrecadação derivada da venda de passagens de diversos serviços, inclusive de viagens integradas com operadoras de outros modais de transporte, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ no 01/97-Metrô, do respectivo Contrato de Concessão e de seus aditivos, esses últimos firmados entre o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente).

Além da receita com passagens, o MetrôRio faz jus a receitas acessórias, dentre as quais, de exploração comercial de espaços disponíveis nas áreas objeto da concessão, podendo participar como sócia ou acionista em outras sociedades, desde que estas atividades complementares não afetem adversamente a prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros.

A Companhia é controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar, que detém a totalidade do capital.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 398.086 (R\$ 136.242 em 31 de dezembro de 2019) causado principalmente pelo endividamento financeiro de curto prazo no montante de R\$ 405.203.

O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao MetrôRio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens, sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o MetrôRio firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutiva, até 27 de janeiro de 2038.

A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo MetrôRio, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro - CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte, tais como: Concessionária: prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários; manter, durante todo o período da concessão, pessoal técnico e administrativo, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado; prestar contas da gestão do serviço à AGETRANSP e aos usuários, manter os seguros compatíveis com suas responsabilidades para com o Estado; zelar pela integridade dos bens vinculados à concessão; Estado: regulamentar os serviços concedidos; intervir na concessão para garantir a adequada prestação dos serviços; reajustar e revisar a tarifa básica; indenizar a concessionária por perdas que venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e em razão da falta de reajuste ou revisão das tarifas; entregar à Concessionária toda documentação técnica, aí incluídos lista de bens reversíveis; autorizar a Concessionária, com recursos financeiros próprios, a importar e/ou adquirir os bens considerados reversíveis.

No evento da extinção do Contrato de Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à Concessão. O MetrôRio terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva Concessão, respeitando os termos do Parágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo.

Os direitos emergentes do Contrato de Concessão são classificados como ativo intangível à medida em que a Companhia possui o direito de cobrar pela prestação dos serviços públicos. Este direito não constitui direito incondicional de receber caixa, uma vez que os valores a serem recebidos derivam da utilização dos serviços públicos prestados pela Companhia.

O Contrato de Concessão determinava, e o Aditivo manteve, no mês de abril, o reajuste anual da tarifa unitária de acordo com a variação do Índice Geral de Preços-Mercado (“IGP-M”), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Em julho de 2013 foi assinado o contrato de operação e manutenção, firmado entre o MetrôRio, Metrôbarra S.A. (“Metrôbarra”), Concessionária Rio Barra (CRB) e o poder concedente (interveniente), onde a Companhia fica incumbida de executar a operação da Linha 4 (trecho General Osório 2 até Jardim Oceânico) após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens. Tal contrato, regula a operação e manutenção da Linha 4 e define a remuneração da Companhia para este serviço.

Em 01 de agosto de 2016 ocorreu o início da Operação Especial Olímpica na Linha 4 para portadores de ingressos que possuíam o Cartão Olímpico e Família Olímpica: atletas, organizadores e imprensa oficial dos Jogos Olímpicos. Em 19 de setembro de 2016, a Linha 4 entrou em operação para o público em geral. A Linha 4 tem a extensão atualmente de 12,7 km e liga o Jardim Oceânico, na Barra da Tijuca (Zona Oeste), à Estação General Osório, em Ipanema (Zona Sul). A entrada em operação da Linha 4 efetivou o contrato de Operação e Manutenção.

1.2. Efeitos da pandemia da COVID-19

No último Relatório de Informações Trimestrais, divulgado no dia 26 de junho de 2020, a

Companhia chamou atenção para os efeitos adversos em seus negócios relacionados ao Coronavírus.

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Os resultados da Companhia foram duramente afetados e à medida que a crise se estende, a situação se agrava. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, distanciamento social, fechamento de fronteiras locais e internacionais e outras que impactam diretamente nos negócios da Companhia.

A Companhia encerrou 3º trimestre de 2020 com prejuízo de R\$ 170,5 milhões. Este prejuízo está relacionado a queda dos resultados operacionais, consequência da crise provocada pelo Coronavírus, quando comparado com o mesmo período de 2019, que pode ser observada no quadro abaixo:

(Passageiros mil)

COMPANHIA	9M20	9M19	%	3T20	3T19	%
METRÔRIO	19.040	50.017	(62%)	6.934	16.316	(57%)

Desde o início da pandemia, a administração da Companhia tem empregado os melhores esforços em busca de soluções para a preservação da saúde financeira e para a continuidade dos negócios. Apesar de uma rígida estrutura de custos, de natureza majoritariamente fixa, do lado da Companhia, foram envidados os esforços necessários para a contenção de custos e despesas, com resultados que já podem ser verificados neste 3º trimestre e que tendem a ser ampliados ao longo dos próximos meses. Ao longo deste período, a administração da Companhia fez alguns avanços nessas frentes e acredita no sucesso de algumas das renegociações em curso.

COMPANHIA	3T20	2T20	%	9M20 / 9M19	6M20 / 6M19	%
METRÔRIO	6.934	4.033	72%	(62%)	(79%)	17%

A despeito dos inúmeros estudos que vem sendo cuidadosamente realizados, ainda há grande incerteza em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus e, desta forma, a administração da Companhia ainda não consegue precisar quando o grupo Invepar vai retornar aos níveis de normalidade nas operações. Entretanto, a administração da Companhia continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores e minimizar os impactos nas operações como feito desde o início da pandemia. Enquanto isso, a Companhia manterá os canais de comunicação com stakeholders e com o mercado em geral, mesmo que distante.

a) Como a Companhia está trabalhando durante este processo:

A Companhia mantém um Comitê de Gestão de Crises, formado pela Diretoria da Invepar (todas as medidas estão sendo tomadas como Grupo Econômico), que acompanha diariamente os impactos do Coronavírus para os negócios. O Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira do Grupo, e através do Diretor de Relações com Investidores tem buscado manter uma comunicação clara, ampla e simultânea com o público investidor e com o mercado em geral sobre os impactos da COVID-19, utilizando para isso os meios legais de comunicação previstos na Instrução CVM 358/02, quais sejam Comunicados ao Mercado e Fatos Relevantes, publicados na página de relações com investidores da Companhia e também disponíveis

nos websites da CVM e da B3.

O objetivo do Comitê é acompanhar os impactos causados pela pandemia em todas as empresas do Grupo e nos setores de atuação, traçando ações para mitigar os impactos e avaliando e implementando medidas educativas e de segurança para a prevenção da contaminação pelo Coronavírus para os colaboradores do Grupo, e familiares bem como para os usuários dos ativos sob gestão do Grupo Invepar. O comitê também se reúne semanalmente com o Conselho de Administração.

b) Plano de continuidade das operações e principais ações:

Desde que instalada a pandemia do novo Coronavírus, a Companhia tem revisado o seu plano de negócios, especialmente no que diz respeito à continuidade das operações. Dentre as frentes que estão sendo revisadas no âmbito do Plano de Continuidade dos Negócios da Companhia, destacamos a preservação da saúde e segurança das pessoas, adotando *home office* para os colaboradores onde esta modalidade for possível, proteção recomendada pelos órgãos de saúde para os funcionários alocados nas operações, comunicação regular e transparente com todos os colaboradores e veiculação de campanhas educativas para a prevenção da COVID-19 por meio de vídeos, avisos sonoros e mensagens nos canais digitais das empresas do Grupo.

Continuamos mantendo o público investidor e o mercado em geral informados sobre os impactos do Coronavírus nos negócios do Grupo, acompanhando de perto a manutenção da capacidade de entrega de bens e serviços essenciais, revisando junto aos credores dos termos e condições pactuadas em contratos financeiros, estruturando conversas juntos aos poderes concedentes para reequilíbrio econômico-financeiro nos contratos de concessão e consultando aos assessores legais para acompanhamento de potenciais passivos judiciais.

Revisando a estratégia de manutenção e continuidade dos negócios, a Companhia faz avaliação do caixa com a necessidade de liquidez nos curto e médio prazos visando a equalização da dívida e a busca por maior eficiência e conseqüente redução de custos.

b1) Medidas e ações de curto prazo que trazem alívio imediato para o caixa, dentre as quais:

- Revisão dos orçamentos de custeio e de investimentos: Revisão do orçamento previsto para o ano corrente e para o próximo com manutenção apenas dos custos e investimentos essenciais para a continuidade dos negócios;
- Renegociação com fornecedores;
- Postergação de pagamentos junto ao BNDES: Adesão, a partir de 15 de abril de 2020, ao programa de standstill implantado pelo BNDES, paralisando por 6 meses o pagamento das parcelas de juros e principal dos contratos de financiamento, no âmbito do pacote de medidas socioeconômicas aprovadas pelo banco em caráter emergencial e com o objetivo de mitigar os efeitos da pandemia do novo Coronavírus no Brasil. O MetrôRio conseguiu a postergação por mais 6 meses, contados a partir de outubro de 2020.
- Reestruturação da 8ª emissão de debêntures: Prorrogação por 6 meses do início do pagamento de juros e amortizações mensais da 8ª emissão de debêntures do MetrôRio, que começariam em abril, sendo transferido o pagamento de juros do período para setembro, e o início das amortizações para outubro, gerando fôlego adicional ao caixa. O MetrôRio conseguiu a postergação por mais 6 meses, contados a partir de outubro de 2020; e
- Com relação aos tributos a recolher, a Companhia adotou as medidas de suspensão de recolhimento da

Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Contribuição Previdenciária Patronal, das competências de abril e maio de 2020, cujos vencimentos foram postergados para outubro e novembro, respectivamente, por meio da Portaria 139, de 03 de abril de 2020 e da Portaria 245, de 15 de junho de 2020.

b2) Soluções para o médio e longo prazo, com ações que precisam ser estruturadas e aprovadas junto a bancos, credores e órgãos reguladores no sentido de alongar o calendário de pagamento da dívida e de obter os reequilíbrios econômico-financeiros dos contratos de concessão.

- Alongamento do calendário da dívida: Interlocação direta com credores e bancos buscando novas condições e prazos para pagamento das obrigações contratuais. Dada a baixa pulverização dos papéis da 8ª emissão de debêntures do MetrôRio, a renegociação do fluxo de amortização e juros com os debenturistas desta emissão foi realizada e concluída em Assembleia Geral de Debenturistas realizada no dia 8 de abril de 2020, mas endereça, até o presente momento, fluxo de curto prazo;
- Estudos para soluções de liquidez: Com o auxílio de assessoria especializada, a diretoria da Companhia segue avaliando as alternativas de captação de recursos para injetar liquidez necessária para a sustentabilidade dos negócios a longo prazo.
- Reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão: Por meio de uma atuação setorial, coordenada entre a Companhia, outras empresas de infraestrutura e associações do setor, estão sendo promovidas conversas estruturadas com os poderes concedentes buscando o restabelecer o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão em função dos impactos causados pela pandemia do novo Coronavírus.

Apesar de no terceiro trimestre de 2020 verificarmos os primeiros sinais de recuperação na demanda de passageiros e ao mesmo tempo em que empregamos os esforços do nosso lado, esperamos que o Poder Concedente avance nas questões relacionadas ao reequilíbrio do contrato de concessão, que é fundamental para a continuidade dos negócios.

Além disso, se necessário, o MetrôRio poderá receber suporte financeiro de sua controladora Invepar, na medida de sua disponibilidade, de forma a reduzir as dificuldades financeiras de curto prazo. Entretanto, a Companhia, como já dito acima, vem realizando diferentes iniciativas, visando readequar sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo passam.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) em 12 de novembro de 2020, que compreendem:

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não tiveram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2019”), publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 25 de março de 2020.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.

2.1. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

2.2. Reapresentação das Demonstrações Contábeis

A controladora Invepar, informou em Fato Relevante, o rebaixamento de rating ocorrido em 8 de novembro de 2019 da parte relacionada Linha Amarela S.A. (LAMSA), que reclassificou em 31 de dezembro de 2019 o saldo das suas debêntures para o curto prazo. Conforme descrito na nota explicativa 12 as debêntures acima relacionadas foram emitidas pela Companhia e posteriormente adquiridas pela parte relacionada LAMSA.

Deste modo, a Companhia refletiu em suas demonstrações contábeis as reclassificações das referidas debêntures em 31 de dezembro de 2019 do passivo não circulante para o circulante.

Todos as representações estão em conformidade com os Pronunciamentos CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, conforme demonstrado a seguir:

Balço Patrimonial – Em 31 de dezembro de 2019

	<u>Publicado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Reapresentado</u>
Passivo circulante - Debêntures	189.281	82.439	271.720
Passivo circulante – Outras contas	<u>220.279</u>	-	<u>220.279</u>
Total do Passivo circulante	<u>409.560</u>	<u>82.439</u>	<u>491.999</u>
Passivo não circulante - Debêntures	491.187	(82.439)	408.748
Passivo não circulante – Outras contas	<u>403.973</u>	-	<u>403.973</u>
Total do Passivo não circulante	<u>895.160</u>	<u>(82.439)</u>	<u>812.721</u>

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	12.730	9.650
Aplicações financeiras (a)	-	72.559
Fundo Mover (b)	-	80.746
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>12.730</u>	<u>162.955</u>

- (a) A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata (CDB – Certificado de Depósito Bancário Pós-fixado), com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. Tais aplicações financeiras podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aplicações. A rentabilidade destas aplicações era de 98,39 % do CDI em 31 de dezembro de 2019.
- (b) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, sem risco de mudança significativa de valor. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, e também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do Fundo são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Em 26 de março de 2020 a Companhia resgatou todo o saldo. Em 31 de dezembro de 2019, eram partes integrantes deste fundo a INVEPAR, LAMSA, METRORIO e CLN. Apesar de o vencimento ser de longo prazo as quotas do fundo podem ser resgatadas a qualquer momento. A rentabilidade do fundo era equivalente a 98,66% do CDI em 31 de dezembro de 2019.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Taxa	Indexador	30/09/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras				
Fundo cambial exclusivo (a)		DÓLAR	53.956	56.593
Certificados de Depósito Bancário - CDB	95%	DI	-	-
Total circulante			<u>53.956</u>	<u>56.593</u>
Aplicações financeiras vinculadas	95,58%	DI		
Certificados de Depósito Bancário - CDB (b)			4.238	3.327
Total não circulante			<u>4.238</u>	<u>3.327</u>
Aplicações financeiras			<u>58.194</u>	<u>59.920</u>

- (a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta bancária específica para este fim e podem ser resgatados antes do vencimento.
- (b) As aplicações financeiras de longo prazo somam R\$4.238 e estão vinculadas a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão.

De acordo com os termos da Cláusula 8ª, Parágrafo 3º, do Sexto Termo Aditivo, em 30 de setembro de 2020, a Companhia registrou o saldo de Modicidade tarifária, em conta contábil específica, para fins de fiscalização do Estado, o montante destinado para realização de melhorias extraordinárias no sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro, no total de R\$36.024.

5. CONTAS A RECEBER

Os valores relativos a créditos a receber são:

	30/09/2020	31/12/2019
Circulante		
Vendas de passagens (a)	4.108	5.162
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (b)	7.741	14.603
CCEE (e)	762	24.733
Outros	-	681
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (c)	(5.323)	(3.993)
Total circulante	7.288	41.186
Não circulante		
Recebíveis do GERJ (c)	16.270	16.913
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (c)	(9.510)	(5.694)
Outros	3.069	3.069
Valores a receber - ET-Pós (d)		
Recebíveis do GERJ (d)	23.972	23.899
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (d)	(23.972)	(23.899)
Total não circulante	9.829	14.288
Total do contas a receber	17.117	55.474

- (a) Receita de passagens a receber da Fetranspor e integrações;
- (b) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios);
- (c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes a gratuidade estudantil, Jornada Mundial da Juventude (JMJ), Copa das Confederações, Copa do Mundo e Jogos Olímpicos. As gratuidades estudantis vêm sendo recebidas parcialmente. No entanto, todos os valores em aberto encontram-se em negociação com o Estado, via Revisão Quinquenal (prevista no contrato de concessão), ou por vias administrativas;
- (d) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes aos processos ET- Pós, conforme exigência 6º termo aditivo da Concessão.
- (e) Valores a receber referentes a energia de tração não consumida, disponibilizada para o mercado através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os vencimentos de saldos de contas a receber de clientes são os seguintes:

	Total	Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos						
				< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
30 de setembro de 2020	55.922	(38.805)	17.117	1.326	85	62	55	104	135	47.581
31 de dezembro de 2019	89.060	(33.586)	55.474	777	1.164	10.754	5.341	887	859	52.252

Movimentação do saldo de provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa:

	30/09/2020	31/12/2019
Saldo no início do período	(33.587)	(33.895)
Adições	(5.218)	(1.537)
Reversões	-	1.845
Saldo no fim do período	<u>(38.805)</u>	<u>(33.587)</u>

Estado do Rio de Janeiro - Gratuidades a compensar - Lei nº 4.510/05 e Lei nº 5.359/08

Em 23 de dezembro de 2008, através da Lei nº 5.359/08, o Governo do Estado do Rio de Janeiro alterou o Art. 6º da Lei nº 4.510/05, onde definiu que a isenção concedida por essa Lei será custeada diretamente pelo Estado, por meio de repasse de verba da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos, em procedimento a ser regulamentado pelo Poder Executivo. Adicionalmente, a Lei nº 5.359/08 estabeleceu que o valor de R\$1,00, correspondente ao valor de cada viagem realizada, será atualizado na mesma data e na mesma proporção da tarifa praticada nas linhas e serviços de transportes coletivos de passageiros do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se no aguardo da publicação do referido regulamento, notadamente no que se refere ao ressarcimento do vale social.

6. ESTOQUES

	30/09/2020	31/12/2019
Materiais auxiliares, de manutenção e conservação	78.502	70.294
Importação em andamento	730	731
Total	<u>79.232</u>	<u>71.025</u>

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	30/09/2020	31/12/2019
Antecipação de Imposto de renda e contribuição social (a)	4.589	3.405
Saldo negativo de Imposto de renda e Contribuição social (b)	3.092	215
PIS e COFINS	2.929	5.419
Outros	164	181
Circulante	<u>10.774</u>	<u>9.220</u>
Saldo negativo de Imposto de renda e Contribuição social (b)	6.015	5.997
Não circulante	<u>6.015</u>	<u>5.997</u>

(a) Antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente e IRRF sobre aplicações financeiras;

(b) Saldo negativo de IRPJ e CSLL de anos anteriores;

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados abaixo:

<u>Natureza</u>	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo fiscal	63.255	-
Base negativa da contribuição social	22.796	-
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	13.206	11.432
Ajuste de redução ao valor recuperável	4.588	4.588
Participação nos lucros e resultado (PLR)	4.682	4.215
Provisão para riscos processuais	10.056	9.116
Provisões não dedutíveis	5.795	7.373
Amortização do ágio abr a nov/09	4.548	4.743
Outros diferidos ativos	2.429	2.533
Total do ativo fiscal diferido	<u>131.355</u>	<u>44.000</u>
Reembolso de gratuidade	(1.660)	(1.660)
Amortização do direito de concessão	(5.004)	(5.220)
Custo de captação	(38)	(57)
Outros diferidos passivos	(1.943)	(2.273)
Total do passivo fiscal diferido	<u>(8.645)</u>	<u>(9.210)</u>
Total	<u><u>122.710</u></u>	<u><u>34.790</u></u>

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativo de contribuição social e diferenças temporárias.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados, conforme demonstrado a seguir:

<u>Anos</u>	<u>30/09/2020</u>
2021	1.442
2022	6.735
2023	19.063
2024	20.936
2025 a 2027	55.282
	<u>27.897</u>
Total dos ativos fiscais diferidos	131.355
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(8.645)</u>
Total dos impostos diferidos	<u>122.710</u>

c) Tributos a recolher

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
PIS e COFINS	-	1.017
ISS	695	1.396
IRRF e CSRF	455	448
Taxa Agetransp	151	590
INSS sobre terceiros	395	309
Circulante	<u>1.696</u>	<u>3.760</u>
PIS e COFINS	187	187
Não circulante	<u>187</u>	<u>187</u>

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>01/01/2020 a 30/09/2020</u>	<u>01/01/2019 a 30/09/2019</u>	<u>01/07/2020 a 30/09/2020</u>	<u>01/07/2019 a 30/09/2019</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(260.098)	(7.403)	(99.491)	13.863
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	88.433	2.517	33.827	(4.714)
Adições permanentes	(513)	(2.312)	(110)	(1.684)
Diferenças temporárias	(87.921)	(205)	(33.717)	6.398
Constituição de Imposto de Renda e Contribuição social diferidos	87.921	205	33.717	(6.398)
Recuperação de créditos (*)	1.721	1.406	-	-
Total dos impostos no resultado	<u>89.642</u>	<u>1.611</u>	<u>33.717</u>	<u>(6.398)</u>
Recuperação de créditos	1.721	1.406	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado	1.721	1.406	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado	87.921	205	33.717	(6.398)
Total dos impostos no resultado	<u>89.642</u>	<u>1.611</u>	<u>33.717</u>	<u>(6.398)</u>

(*) Em 30 de setembro de 2020, o saldo de recuperação de créditos refere-se ao processo judicial de dedução do programa de alimentação ao trabalhador (PAT) da base de cálculo do lucro tributável.

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou companhias sob controle comum, são efetuadas às taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas Informações Contábeis Intermediárias.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrerem para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

30/09/2020								
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Despesa	
LAMSA	Debêntures (a)	Coligada	-	-	92.761	-	(6.464)	
LAMSA	Compartilhamento de despesas (c)	Coligada	-	-	33	-	-	
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (c)	Controladora	70	-	25.777	-	(28.644)	
INVEPAR	AVAL (b)	Controladora	-	-	-	53.629	(13.924)	
INVEPAR	Dividendos	Controladora	-	-	2.557	-	-	
METROBARRA	Compartilhamento de despesas (c)	Coligada	-	30	-	-	-	
INVP FIDC	Fornecedores (d)	Coligada	-	-	19.425	-	-	
Total			70	30	140.553	53.628	(49.032)	

31/12/2019								
(Reapresentado)								
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Despesa	
LAMSA	Debêntures (a)	Coligada	-	-	95.286	-	(7.098)	
LAMSA	Compartilhamento de despesas (c)	Coligada	62	-	33	-	-	
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (c)	Controladora	71	-	13.519	-	(33.570)	
INVEPAR	AVAL (b)	Controladora	-	-	-	39.705	(14.419)	
INVEPAR	Dividendos	Controladora	-	-	2.557	-	-	
METROBARRA	Compartilhamento de despesas (c)	Controladora	-	10.352	-	-	-	
Total			133	10.352	111.395	39.705	(55.088)	

- (a) Debêntures: Conforme descrito na nota explicativa 12 em 31 de julho de 2012 a Companhia efetuou emissão de debêntures no montante de R\$154.170, adquiridas pela parte relacionada LAMSA. Estas debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% a.a., até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso). O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive. Vide nota explicativa 12.
- (b) Garantias firmadas entre a Companhia e a Invepar (aval), que deverão cobrir as obrigações pecuniárias decorrentes de dívidas contraídas pela Companhia.
- (c) Serviços compartilhados: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma

das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

- (d) INVP FIDC: Referentes a Direitos Creditórios que os fornecedores adiantaram seus recebíveis junto ao Invp Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC. Vide Nota Explicativa 11.

Remuneração dos Administradores

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, gratificações, assistência médica e dentária, como demonstrado no quadro a seguir:

Composição	30/09/2020	30/09/2019
Pró-labore	1.887	2.129
Bônus	776	2.586
Benefício pós emprego	155	-
Encargos	226	576
Outros benefícios	927	476
Total	3.971	5.767

Em 30 de abril de 2020 foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$7.494.

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências (*)	30/09/2020
Custo						
Máquinas e equipamentos	12,6	68.172	1.279	(8)	(12)	69.431
Móveis e utensílios	10	14.646	318	(108)	-	14.856
Veículos	20	678	-	-	-	678
Equipamentos de informática	20	29.274	335	(48)	342	29.903
		112.770	1.932	(164)	330	114.868
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos		(35.059)	(4.543)	7	144	(39.450)
Móveis e utensílios		(7.210)	(963)	91	-	(8.081)
Veículos		(540)	(21)	-	-	(561)
Equipamentos de informática		(13.084)	(2.901)	7	-	(15.978)
		(55.893)	(8.428)	106	144	(64.070)
Imobilizado líquido		56.877	(6.495)	(58)	474	50.798

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/2019
Custo						
Máquinas e equipamentos	12,6	65.720	6.648	(4.271)	75	68.172
Móveis e utensílios	10	15.569	712	(1.696)	61	14.646
Veículos	20	1.010	143	(475)	-	678
Equipamentos de informática	20	17.722	6.906	(803)	5.449	29.274
		<u>100.021</u>	<u>14.409</u>	<u>(7.245)</u>	<u>5.585</u>	<u>112.770</u>
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos		(29.798)	(7.174)	4.000	(2.087)	(35.059)
Móveis e utensílios		(7.060)	(1.439)	1.289	-	(7.210)
Veículos		(1.010)	(5)	475	-	(540)
Equipamentos de informática		(10.661)	(3.059)	780	(144)	(13.084)
		<u>(48.529)</u>	<u>(11.677)</u>	<u>6.544</u>	<u>(2.231)</u>	<u>(55.893)</u>
Imobilizado líquido		<u>51.492</u>	<u>2.732</u>	<u>(701)</u>	<u>3.354</u>	<u>56.877</u>

(*) Transferência entre o intangível e o imobilizado para melhor classificação.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 30 de setembro de 2020.

10. INTANGÍVEL

	Taxas anuais de amortização %	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências (*)	30/09/2020
Custo						
Software	20%	33.993	147	-	894	35.034
Direito de concessão (a)		1.659.965	-	(340)	9.082	1.668.707
Investimento na concessão (b)		1.776.451	76.935	(168)	(10.306)	1.842.912
Outros		14	-	-	-	14
		<u>3.470.423</u>	<u>77.082</u>	<u>(508)</u>	<u>(330)</u>	<u>3.546.667</u>
Amortização acumulada						
Software		(20.716)	(2.387)	-	-	(23.103)
Direito de concessão		(683.518)	(52.360)	56	-	(735.823)
Investimento na concessão		(645.550)	(55.813)	15	(144)	(701.492)
		<u>(1.349.784)</u>	<u>(110.560)</u>	<u>71</u>	<u>(144)</u>	<u>(1.460.418)</u>
Intangível líquido		<u>2.120.639</u>	<u>(33.478)</u>	<u>(437)</u>	<u>(474)</u>	<u>2.086.249</u>

	Taxas anuais de amortização %	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/2019
Custo						
Software	20%	24.210	92	(3)	9.694	33.993
Direito de concessão (a)		1.559.340	1.538	(138)	99.225	1.659.965
Investimento na concessão (b)		1.774.802	118.404	(2.251)	(114.504)	1.776.451
Outros		14	-	-	-	14
		<u>3.358.366</u>	<u>120.034</u>	<u>(2.392)</u>	<u>(5.585)</u>	<u>3.470.423</u>
Amortização acumulada						
Software		(18.312)	(2.407)	3	-	(20.716)
Direito de concessão		(607.468)	(75.988)	47	(110)	(683.518)
Investimento na concessão		(579.213)	(70.087)	1.409	2.341	(645.550)
		<u>(1.204.993)</u>	<u>(148.482)</u>	<u>1.459</u>	<u>2.231</u>	<u>(1.349.784)</u>
Intangível líquido		<u>2.153.373</u>	<u>(28.448)</u>	<u>(932)</u>	<u>(3.354)</u>	<u>2.120.639</u>

(*) Transferência entre o intangível e o imobilizado para melhor classificação.

a) Concessão (decorrente de aquisição de controle)

Direito de concessão obtido na aquisição de controle do MetrôRio em março de 2009. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

b) Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)

Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar findou o primeiro período de concessão em 27 de janeiro de 2018. Conforme detalhado na nota explicativa 13, através de Aditivo as partes acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela Companhia, são reconhecidos no Ativo intangível (Renovação / extensão do Direito de concessão).

c) Prazo de amortização

A amortização do intangível referente à Concessão é linear de acordo com o número de meses restantes para o final da Concessão. O valor é registrado no custo de serviços e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no ativo intangível.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

d) Redução do valor recuperável de ativos - De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 30 de setembro de 2020.

11. FORNECEDORES

	30/09/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais (a)	81.760	78.471
Fornecedores internacionais	5.677	1.888
Total	87.437	80.359

- (a) Em 28 de julho de 2020, foi constituído pela controladora Invepar o INVP FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS (“FIDC”) com o objetivo de captar recursos para aquisição preponderantemente em Direitos Creditórios nos termos da política de investimento e fortalecer os fornecedores da Companhia de modo a propiciar aos mesmos o recebimento antecipado dos títulos em aberto. Em 30 de setembro de 2020, o montante de R\$19.425 refere-se a contratos firmados entre a Companhia e seus fornecedores de bens e serviços que tiveram seus recebíveis antecipados juntos ao FIDC.

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures estava composto da seguinte forma:

Objeto	Indexador	Juros anuais	Vencimento	Taxa efetiva	30/09/2020			31/12/2019
					Circulante	Não circulante	Total	Total
Empréstimos e Financiamentos								
BNDES Direto 3								
Subcrédito “A”	TJLP	1,72%	15/10/2024	1,73%	27.141	82.778	109.919	112.138
Subcrédito “C”	TJLP	1,72%	15/09/2024	1,73%	15.665	46.497	62.162	63.516
Banco do Brasil	DI	230,20%	(**)	230,20%	18.000	-	18.000	-
Caixa Econômica Federal	TR	7,80%	30/06/2034	8,08%	11.277	205.084	216.360	224.171
Subtotal					72.083	334.359	406.442	399.826
Custo de captação					(58)	(77)	(135)	(189)
Aplicação financeira vinculada*					-	(23.099)	(23.099)	(26.973)
Total					72.025	311.183	383.208	372.664
Debêntures								
Debêntures - LAMSA	TR	9,50%	31/05/2027	9,92%	92.761	-	92.761	95.285
Debênture 1	DI	3,10%	12/09/2021	9,69%	242.213	330.220	572.433	590.461
Subtotal					334.974	330.220	665.194	685.747
Custo de captação					(1.796)	(2.418)	(4.214)	(5.278)
Total					333.178	327.802	660.980	680.469
Total geral					405.203	638.985	1.044.188	1.053.132

(*) Dos quais R\$8.894 (R\$8.752 em 31 de dezembro de 2019), referem-se à aplicação em fundo de investimento mantida pela Companhia junto à instituição Itaú BBA para garantir o empréstimo contratado em 16 de setembro de 2009 junto ao BNDES e R\$14.205 (R\$18.221 em 31 de dezembro de 2019), refere-se à aplicação em CDB mantida pela Companhia junto à Caixa Econômica Federal para garantir o financiamento contratado em 30 de junho de 2010 junto à própria Caixa Econômica Federal, referentes a seis prestações mensais com indexador médio de 100,8% do CDI.

(**)Captação realizada em 26 de março de 2020 com vencimento da linha de crédito é trimestral com renovação automática.

Segue abaixo a movimentação dos empréstimos e debêntures:

	31/12/2019	Adições			Amortização			Transferência	30/09/2020
		Captação	Juros	Varição monetária	Principal	Juros*	Custo de captação		
(Reapresentado)									
Passivo circulante									
Empréstimos									
BNDES III									
Subcrédito "A"	23.474	-	5.427	-	(5.787)	(1.859)	-	5.886	27.141
Subcrédito "C"	13.485	-	3.031	-	(3.333)	(1.052)	-	3.534	15.665
Caixa Econômica Federal	10.858	-	12.796	-	(7.726)	(12.880)	-	8.229	11.277
Banco do Brasil	-	18.000	580	-	-	(580)	-	-	18.000
Custos de captação	(70)	-	-	-	-	-	54	(42)	(58)
									-
Debêntures									
Debênture - LAMSA	95.287	-	6.461	-	(5.353)	(3.634)	-	-	92.761
Debênture I	177.961	-	30.811	-	-	(48.839)	-	82.280	242.213
Custos de captação	(1.527)	-	-	-	-	-	1.064	(1.333)	(1.796)
Subtotal	319.468	18.000	59.106	-	(22.199)	(68.844)	1.118	98.554	405.203
Passivo não circulante									
Empréstimos									
BNDES III									
Subcrédito "A"	88.664	-	-	-	-	-	-	(5.886)	82.778
Subcrédito "C"	50.031	-	-	-	-	-	-	(3.534)	46.497
Caixa Econômica Federal	213.313	-	-	-	-	-	-	(8.229)	205.084
Custos de captação	(119)	-	-	-	-	-	-	42	(77)
Debênture I	412.500	-	-	-	-	-	-	(82.280)	330.220
Custos de captação	(3.751)	-	-	-	-	-	-	1.333	(2.418)
Subtotal	760.638	-	-	-	-	-	-	(98.554)	662.084
Total geral (**)	1.080.106	18.000	59.106	-	(22.199)	(68.844)	1.118	-	1.067.287

	31/12/2018	Adições			Amortização			Transferência	31/12/2019
		Captação	Juros	Varição monetária	Principal	Juros*	Custo de captação		
(Reapresentado)									
Passivo circulante									
Empréstimos									
BNDES III									
Subcrédito "A"	23.535	-	9.199	-	(24.818)	(7.578)	-	23.136	23.474
Subcrédito "C"	13.480	-	5.216	40	(13.796)	(4.781)	-	13.326	13.485
Caixa Econômica Federal	10.878	-	19.208	-	(9.819)	(19.783)	-	10.374	10.858
Custos de captação	(70)	-	-	-	-	-	69	(69)	(70)
Debêntures									
Debênture - LAMSA	12.848	-	9.317	-	(11.839)	(10.326)	-	95.287	95.287
Debênture I	42.374	-	50.998	-	-	(52.911)	-	137.500	177.961
Custos de captação	(512)	-	-	-	-	-	699	(1.715)	(1.527)
Subtotal	102.533	-	93.938	40	(60.272)	(95.379)	768	277.839	319.468
Passivo não circulante									
Empréstimos									
BNDES III									
Subcrédito "A"	111.723	-	-	77	-	-	-	(23.136)	88.664
Subcrédito "C"	63.170	-	-	187	-	-	-	(13.326)	50.031
Caixa Econômica Federal	223.619	-	-	68	-	-	-	(10.374)	213.313
Custos de captação	(188)	-	-	-	-	-	-	69	(119)
Debêntures									
Debênture - LAMSA	95.287	-	-	-	-	-	-	(95.287)	-
Debênture I	550.000	-	-	-	-	-	-	(137.500)	412.500
Custos de captação	(5.466)	-	-	-	-	-	-	1.715	(3.751)
Subtotal	1.038.145	-	-	332	-	-	-	(277.839)	760.638
Total geral (**)	1.140.678	-	93.938	372	(60.272)	(95.379)	768	-	1.080.106

(*) Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

(**) Valores brutos das aplicações financeiras.

Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u> (Reapresentado)
2021	82.834	182.642
2022	193.876	193.876
2023	164.573	164.573
2024	50.571	50.571
2025 em diante	<u>172.726</u>	<u>172.726</u>
	<u>664.580</u>	<u>764.388</u>

BNDES

- Em 16 de setembro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (“BNDES Direto III”), no montante total de R\$422.410, divididos em três subcréditos: “A” (R\$278.395), “B” (R\$3.200) e “C” (R\$140.815), para cobrir, principalmente, os desembolsos com as obras do projeto do Metrô do Século XXI, o montante foi totalmente desembolsado pelo BNDES à Companhia.

A amortização do principal do subcrédito “A” será feita em 150 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2012 e 15 de outubro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito “A” incidem juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de abril de 2012, e são pagos mensalmente no período de amortização do principal. O subcrédito “B” foi liquidado em 15 de dezembro de 2017.

A amortização do principal do subcrédito “C” será feita em 132 prestações mensais e sucessivas entre 15 de outubro de 2013 e 15 de setembro de 2024.

As principais garantias dos contratos de financiamento BNDES Direto III são as seguintes:

- Vinculação de parcela da receita tarifária decorrente da prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros, em valor mensal não inferior a R\$31.960, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA. Comentário: favor revisar o saldo da conta com Tesouraria, pois acho que o saldo deve ser de aproximadamente R\$ 25.000
- Constituição de conta reserva com saldo não inferior a R\$15.489, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da data da assinatura. Comentário: favor revisar o saldo da conta com Tesouraria, pois no quadro acima diz que o saldo é de R\$ 8.833
- Constituir penhor em favor do BNDES, sobre os seus Direitos Creditórios emergentes do Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, com a interveniência de terceiros, em 27 de janeiro de 1998, e seus posteriores aditivos, abrangendo o direito da Companhia de ser indenizada pelo Estado do Rio de Janeiro nas seguintes hipóteses:
 - Perdas que a mesma venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

b) Perdas em decorrência de contingências de responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro ou de seus órgãos que venham a ser imputadas à Companhia; e

c) Extinção da Concessão, nos termos do respectivo Contrato de Concessão, bem como outros direitos de indenização que a Companhia venha a ter em face do Estado do Rio de Janeiro por força do referido contrato.

Caixa Econômica Federal

Em 30 de junho de 2010, a Companhia firmou contrato de financiamento e repasse destinado à realização de investimentos no sistema metroviário do Rio de Janeiro, no âmbito do programa PRÓ-TRANSPORTES/FGTS junto a Caixa Econômica Federal no montante total de R\$650.000, divididos em subcréditos “A” (R\$240.000) e “B” (R\$410.000). Em 30 de junho de 2011, foi creditado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$240.000 (subcrédito “A”). Este valor foi creditado em aplicação financeira específica e destina-se obrigatoriamente ao pagamento dos 114 carros metrô, sendo vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim. Os recursos do subcrédito “B” não serão creditados à Companhia.

A amortização será feita em 240 meses contados a partir do término do prazo de carência dos subcréditos (48 meses). O saldo devedor será apurado mensalmente e são devidas as seguintes taxas:

- a) Juros - equivalente à taxa nominal de 5,5% a.a., capitalizada mensalmente;
- b) Administração - valor equivalente à taxa nominal de 2% a.a., capitalizada mensalmente; e
- c) Risco de crédito - equivalente à taxa nominal de 0,3% a.a., capitalizada mensalmente.

O saldo devedor e as prestações serão reajustados pelo mesmo índice e na mesma periodicidade da utilização dos saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, utilizada para esse fim a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha a substituí-la.

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos do BNDES “III”, e Caixa Econômica Federal foram capitalizados até o período findo em 31 de dezembro de 2016 obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não foram capitalizados juros.

Debêntures

- Em 31 de julho de 2012, foram subscritas 154.170 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), perfazendo o valor total de R\$154.170.

O Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de debêntures foi firmado com base nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia datadas de 24 de abril de 2012 e 27 de julho de 2012, as quais deliberaram as condições da Emissão. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão foram para financiamento de até 90% do CAPEX de cada um dos projetos da Companhia. As debêntures fazem jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% (nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias (“Remuneração”). A Remuneração é calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a data de emissão das Debêntures, incidentes sobre o valor nominal unitário das

Debêntures ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, devendo ser paga ao final de cada período de capitalização, até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso). Em 31 de agosto de 2012, foi repassado pela Linha Amarela S.A. à Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. o montante atualizado de R\$155.475.

O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive.

As debêntures da Companhia não possuem cláusula de repactuação.

- Em 16 de novembro de 2016, foi celebrado o Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 7ª Emissão de Debêntures simples, com Esforços Restritos da Companhia, em regime de garantia firme. Essas debêntures foram liquidadas em março de 2018.
- Em 12 de março de 2018, foi celebrado o Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 8ª Emissão de Debêntures, composta por 55.000 (cinquenta e cinco mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000 (dez mil reais), perfazendo o montante de R\$550.000.000 (quinhentos e cinquenta milhões de reais). O prazo de vencimento das Debêntures será de 60 meses (sessenta meses) contados da Data de Emissão, a ser liquidado em 13 de março de 2023.

Cláusulas restritivas

<u>Empresa</u>	<u>Dívida</u>	<u>Covenants</u>	<u>Limite</u>	<u>Apuração</u>
MetrôRio	Pró Transporte (CEF)	ICSD	≥ 1	Anual
	8ª emissão	DÍVIDA/EBITDA	≥ 3	Anual

Em 30 de setembro de 2020, as cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos ou debêntures foram atendidas. A Companhia em virtude do processo de encampação que envolve a concessionária LAMSA, decidiu, de maneira conservadora, apresentar a dívida que possui com a LAMSA no curto prazo.

Hipóteses de Vencimento Cruzado

- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas Invepar, LAMSA, MetrôRio, CLN, Via040 e GRU AIRPORT (Partes Relacionadas) possuem cláusulas restritivas limitando o endividamento, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas Invepar, MetrôRio, MetrôBarra, CLN, Via040 e GRU AIRPORT (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à distribuição de dividendos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.

- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas Invepar, LAMSA, MetrôRio, GRU AIRPORT, CLN e Via040 (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à alienação de ativos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas Invepar, LAMSA, CLN, MetrôRio, MetrôBarra, CLN, GRU AIRPORT e Via040 (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à alienação de controle acionário regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas as empresas Invepar, LAMSA e MetrôBarra (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de possível vencimento antecipado no caso de rebaixamento de rating conforme tabela abaixo:

<u>Empresa:</u>	<u>Rating limite:</u>
Invepar	BBB+
LAMSA	BBB+
MetrôBarra	BBB-

A quebra dessas, ou outras obrigações dos contratos de financiamento, pode ocasionar o vencimento antecipado da dívida pelo acionamento de cláusulas de “*cross default*” com efeito na Companhia e em outras empresas do grupo Invepar.

Rebaixamento de rating – Partes relacionadas

A Companhia é uma empresa integrante do mesmo grupo econômico da Linha Amarela S.A – Lamsa, sendo empresa controlada integralmente pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR (Grupo INVEPAR), controladora direta do METRÔRIO.

Em 08 de abril de 2020, a Moody's rebaixou os ratings atribuídos às debêntures da Linha Amarela S.A. - Lamsa para B2.br, de Ba3.br, na escala nacional brasileira. O rating na escala global foi mantido em ‘B3’.

A ação de rating atual deriva do momento sem precedentes vivenciado pela economia global devido à rápida e crescente disseminação do surto de coronavírus – Covid-19 – gerando impacto no fluxo de veículos da concessão e, conseqüentemente, em seu risco de crédito.

Em decorrência do rebaixamento de rating, a LAMSA iniciou os procedimentos aplicáveis e previstos na escritura visando minimizar os impactos frente ao único debenturista desta Emissão, de forma a não ser declarado o vencimento antecipado das Debêntures. A Companhia informa que a LAMSA já estava em processo de negociação de waiver com o referido debenturista em função de ação de rating anterior, informada ao mercado por meio de Fato Relevante do dia 8 de novembro de 2019.

A escritura das debêntures possui como uma das hipóteses de vencimento antecipado, a obrigação de manutenção da classificação de risco igual ou superior a “BAA1 - br”, portanto, maior que a classificação atual. Para que não haja decretação de vencimento antecipado, é necessária convocação de Assembleia Geral de Debenturistas – AGD.

Em 08 de abril de 2020, a agência de classificação de riscos Moody’s Corporation alterou a classificação de risco atribuída à 2ª emissão de debêntures privada da LAMSA (“Emissão” ou

“Debêntures”), passando de ‘Ba3.br’ para ‘B2.br’ na escala nacional. O rating na escala global foi mantido em ‘B3’. A ação de rating atual deriva do momento sem precedentes vivenciado pela economia global devido à rápida e crescente disseminação do surto de Corona vírus – Covid-19 – gerando impacto no fluxo de veículos da concessão e, conseqüentemente, em seu risco de crédito.

Na AGD de 31 de julho de 2020, os debenturistas deliberaram sobre a não declaração de vencimento antecipado das debêntures em razão dos rebaixamentos da classificação de risco atribuído à Emissão com renúncia temporária da cláusula de rating mínimo pelo prazo de 12 (doze) meses.

Em 21 de setembro de 2020, em decorrência da decisão do Superior Tribunal de Justiça, do dia 15 de setembro de 2020, que suspendeu as liminares que impediam a encampação da concessão da via expressa Linha Amarela, objeto de contrato entre a LAMSA e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, a agência de classificação de riscos Moody’s Corporation alterou a classificação de risco atribuída à 2ª emissão de debêntures privada da LAMSA (“Emissão” ou “Debêntures”), passando de ‘B2.br’ para ‘Caa1.br’ na escala nacional, e de ‘B3’ para ‘Caa1’ na escala global. Esse rebaixamento não gera impacto na emissão de debêntures, dada a aprovação mencionada no parágrafo anterior.

Caso os planos de afastamento do risco de declaração do vencimento antecipado não prosperem, há um risco significativo da Lamsa não ter condições financeiras para quitar o total da dívida vincenda na data da declaração do vencimento antecipado, o que pode gerar dúvidas significativas quanto a sua capacidade de continuidade operacional. No cenário, em que haja o vencimento das debêntures da Lamsa, e a dívida não seja quitada pela Lamsa, a fiança do Metrôrio poderá ser chamada, sendo que esta fiança está limitada a R\$ 92.761.

13. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

	30/09/2020	31/12/2019
Circulante		
Direito de concessão (até janeiro de 2038)	-	1.187
Renovação / extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2038)	-	1.068
	-	2.255
Não circulante		
Direito de concessão (até janeiro de 2038)	7.402	8.715
	7.402	8.715
Total	7.402	10.970

Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2038)

Em 30 setembro de 2020 o montante de R\$7.402 (R\$8.715 em 31 de dezembro de 2019) refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 31 de dezembro de 2016, o MetrôRio recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e General Osório. A liquidação da obrigação

se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ. Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário, e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a Companhia está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Concessionária assumiu o compromisso de melhorar, conservar e expandir o sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro que pertence à Concessão. A partir de 27 de dezembro de 2007, através do Aditivo, a Companhia também assumiu o compromisso de realizar investimentos destinados: (i) à implementação de novas estações metroviárias, inclusive a obrigação de concluir, em condições de operação, o trecho de 3,2 km, denominado Linha 1A (trecho inaugurado em 22 de dezembro de 2009), com a construção da Estação Cidade Nova (inaugurada em 1º de novembro de 2010), bem como a Estação Uruguai (inaugurada em março de 2014); (ii) à aquisição de novos trens; (iii) à modernização das operações; (iv) sistema de Supervisão de Falhas e o de Piloto Automático (Realizados até o ano de 2016); (v) Substituição dos Transformadores com Askarel (concluído em 2017).

Em 30 de setembro de 2020, o valor de R\$0 (R\$1.068 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a renovação/extensão do direito de concessão do MetrôRio até janeiro de 2038. Em agosto de 2020, a concessionária efetuou a baixa dos valores até então mantidos como obrigação das outorgas principal e nova outorga, visto que não há obrigação em aberto.

	31/12/2019	Atualização do resultado	30/09/2020
Outorga (a)	2.255	(2.255)	-
Circulante	2.255	(2.255)	-
Outorga (b)	8.715	(1.313)	7.402
Não Circulante	8.715	(1.313)	7.402
Total	10.970	(3.568)	7.402

	31/12/2018	Atualização do resultado	31/12/2019
Outorga (a)	2.168	87	2.255
Circulante	2.168	87	2.255
Outorga (b)	8.480	235	8.715
Não Circulante	8.480	235	8.715
Total	10.648	322	10.970

(a) Outorga do circulante, era referente a compra dos trens.

(b) Outorga do não circulante, refere-se ao Anexo V ao Contrato do Sexto Aditivo. No exercício social de 2017 foi realizada a nona prestação de contas do contrato de concessão, e a Companhia apurou o saldo remanescente e realizou a reversão

do montante para enquadramento do saldo contábil, conforme saldo remanescente.

Bens reversíveis

Conforme os termos do Parágrafo 1º da Cláusula 17ª do Contrato de Concessão, os Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998 para utilização na prestação dos serviços de transporte metroviário, de acordo com os termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô e do Contrato, foram recebidos a título gratuito.

A Companhia apresenta no quadro abaixo (*) a composição dos Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998:

Imobilizado da concessão	
Veículos	121
Equipamentos	227.903
Ferramentas	854
Móveis e utensílios	607.104
Almoxarifado	26.799
Equipamentos de processamento de dados	714
Equipamentos de telecomunicações	522
Imóveis	5.229.910
Total	<u><u>6.093.927</u></u>

(*) Quadro não revisado pelos auditores independentes.

Os itens que estão relacionados na conta de Almoxarifado acima representam uma parcela dos bens de consumo transferidos pelo Poder Concedente à posse da Concessionária de acordo com os termos do Parágrafo 11º da Cláusula 1ª do Aditivo.

14. PROVISÕES PARA RISCOS PROCESSUAIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia, na opinião de seus consultores jurídicos realizou análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Natureza do risco	30/09/2020	31/12/2019
Trabalhistas	12.550	13.171
Tributários	13.068	10.650
Cíveis	3.927	2.693
Outros	32	299
Total	<u><u>29.577</u></u>	<u><u>26.813</u></u>

Movimentação das contingências com prognóstico de perda provável

Natureza do risco	31/12/2019	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	30/09/2020
Trabalhistas	13.171	1.846	(3.423)	955	12.550
Tributários	10.650	2.418	-	-	13.068
Cíveis	2.693	1.745	(869)	358	3.927
Outros	299	-	(292)	25	32
Total	26.813	6.009	(4.583)	1.338	29.577

Natureza do risco	31/12/2018	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	31/12/2019
Trabalhistas	10.068	6.852	(7.004)	3.255	13.171
Tributários	7.300	3.292	-	58	10.650
Cíveis	6.689	3.868	(8.774)	910	2.693
Outros	160	299	(160)	-	299
Total	24.217	14.311	(15.938)	4.223	26.813

a) Riscos cíveis

A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroviário.

Em 30 de setembro de 2020, as perdas cíveis possíveis estavam estimadas em R\$34.060 (R\$32.817 em 31 de dezembro de 2019).

b) Riscos regulatórios

Em 18 de abril de 2018, a Companhia foi citada em uma ação para acompanhamento de uma ação proposta pelo Estado do Rio de Janeiro, referente ao Processo de Revisão Quinquenal Ordinária do período de 2007/2012 provido pela AGETRANSP, que segundo o autor, teria gerado um crédito em favor do Estado do Rio de Janeiro no montante histórico de R\$ 197.943. Sobre o montante são incorporados juros desde a data da citação e correção monetária através do indexador IGPM-FGV desde dezembro de 2014. Em 30 de setembro de 2020, este processo foi avaliado em R\$297.369. O autor pleiteia a procedência dos pedidos para obrigar a Companhia a realizar investimentos e/ou melhorias no sistema metroviário no valor do crédito, ou a condenação da Companhia à recomposição do desequilíbrio por meio de pagamento ao Estado do Rio de Janeiro. A Companhia avaliou como possível o prognóstico de perda. O processo em questão segue apensado à Ação Anulatória de Ato Administrativo proposta pela Companhia, que requereu a anulação da decisão proferida pela AGETRANSP, bem como a anulação de todos os seus efeitos.

Em 30 de setembro de 2020, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$311.247 (R\$207.623 em 31 de dezembro de 2019).

c) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias,

equiparação salarial, dentre outros.

Em 30 de setembro de 2020, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$106.417 (R\$116.087 em 31 de dezembro de 2019).

d) Riscos tributários

Considerando que propusemos ação judicial e em sede de liminar foi deferida a suspensão da exigibilidade do ICMS sobre as tarifas de conexão e uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD) e que a área de energia orçou os valores de ICMS.

Optamos pelo contingenciamento até que o mérito da ação seja decidido e ocorra o trânsito em julgado, o montante de R\$13.068 em 30 de setembro de 2020 (R\$10.650 em 31 de dezembro de 2019).

Em 30 de setembro de 2020, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$35.515 (R\$15.908 em 31 de dezembro de 2019).

Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Depósitos recursais	14.247	17.236
Depósitos judiciais - embargos de terceiros (a)	<u>15.560</u>	<u>31.627</u>
	<u>29.807</u>	<u>48.863</u>

a) Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação

Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

As ordens de penhora contra a Companhia, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a CMRJ, nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora.

Desta forma, a Companhia interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens.

Considerando a pandemia do COVID-19, bem como a equiparação à dinheiro da apólice do seguro garantia, a Concessionária peticionou requerendo a substituição do depósito realizado no valor de R\$19.013 pela apresentação de apólice de seguro garantia, o que foi deferido, sendo liberado o saldo e transferido para as contas do MetrôRio o valor de R\$20.072 em 08 de maio de 2020.

Em 30 de setembro de 2020, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$15.560 (R\$31.627 em 31 de dezembro de 2019).

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital social é de R\$1.344.160, dividido em 1.446.898.779 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, integralmente subscritas pela Invepar.

b) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia constituiu o montante de R\$538 de reserva legal proveniente da destinação do lucro líquido do exercício.

c) Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do período, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. O valor do juros pagos pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor destes dividendos.

Em 30 de setembro de 2020 a Companhia apurou prejuízo e o montante de dividendos a pagar somavam R\$2.557 (R\$2.557 em 31 de dezembro de 2019).

d) Reserva de retenção de lucros

Com base art. 196 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia destinou no exercício de 2018 o montante de R\$7.661 a título de retenção de lucros. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia utilizou essa reserva para absorver o prejuízo do período de R\$ 6.189. Dessa forma em 30 de setembro de 2020, a retenção de lucros totalizava R\$1.472 (R\$1.472 em 31 de dezembro de 2019) a ser utilizada a critério da Companhia.

e) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 29 de setembro de 2020, a Invepar aportou a título de adiantamento para futuro aumento de capital social o montante de R\$1.000.

16. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019
Receita com passagens	293.347	574.304	84.429	201.536
Receitas acessórias	21.159	39.109	7.654	15.011
Receita O&M	6.907	6.302	-	3.373
Impostos, deduções e cancelamentos	(10.753)	(19.027)	(3.182)	(6.980)
Receita de serviços líquidas	310.660	600.688	88.901	212.940

Custos e Despesas por natureza

	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019
Pessoal	(186.174)	(197.971)	(56.000)	(59.946)
Conservação e manutenção	(63.518)	(63.324)	(20.882)	(21.822)
Despesas administrativas	(33.133)	(40.406)	(15.097)	(20.220)
Operacionais	(23.811)	(30.551)	(5.992)	(9.841)
Energia elétrica	(74.805)	(77.655)	(23.106)	(24.847)
Depreciação e amortização	(118.987)	(123.138)	(41.024)	(40.113)
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa e riscos	(5.527)	(1.293)	(3.966)	962
Outras receitas (despesas operacionais)	(2.874)	4.095	(2.630)	1.193
	<u>(508.830)</u>	<u>(530.243)</u>	<u>(168.697)</u>	<u>(174.634)</u>
Custo de serviços prestados	(368.080)	(386.144)	(119.235)	(126.293)
Despesas gerais e administrativas	(137.877)	(148.194)	(46.832)	(49.534)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(2.874)	4.095	(2.630)	1.193
	<u>(508.830)</u>	<u>(530.243)</u>	<u>(168.697)</u>	<u>(174.634)</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019
Receitas financeiras				
Juros ativos	53	87	13	26
Juros sobre aplicações financeiras	25.923	14.517	4.557	6.655
Variação monetária ativa	1.928	2.190	569	299
Variações cambiais ativas	5.823	2.180	4.200	552
Total receitas financeiras	<u>33.727</u>	<u>18.974</u>	<u>9.339</u>	<u>7.532</u>
Despesas financeiras				
Comissões e despesas bancárias	(10.026)	(770)	(441)	(191)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(21.853)	(25.770)	(7.311)	(8.027)
Variação monetária passiva	(1.985)	(4.997)	(414)	(2.277)
Variações cambiais passivas	(2.908)	(2.257)	-	(919)
Juros sobre debêntures	(37.275)	(46.341)	(12.190)	(15.563)
Juros com partes relacionadas	-	(7.098)	-	(2.221)
Outros	(21.607)	(9.589)	(8.678)	(2.777)
Total despesas financeiras	<u>(95.654)</u>	<u>(96.822)</u>	<u>(29.034)</u>	<u>(31.975)</u>
Total resultado financeiro	<u>(61.927)</u>	<u>(77.848)</u>	<u>(19.695)</u>	<u>(24.443)</u>

18. RESULTADO POR AÇÃO

A Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído

aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019
Resultado básico e diluído por ação				
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(170.456)	(5.792)	(65.774)	7.465
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>1.446.899</u>	<u>1.446.899</u>	<u>1.446.899</u>	<u>1.446.899</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	<u>(0,118)</u>	<u>(0,004)</u>	<u>(0,045)</u>	<u>0,005</u>

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações contábeis intermediárias.

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 30 de setembro de 2020, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do resultado básico e diluído.

19. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros sobre seus ativos próprios, bens reversíveis e de responsabilidade civil. Em 30 de setembro de 2020, os principais seguros contratados são:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Vencimento	
D&O	100.000.000	04/05/2020	04/05/2021	STARR
RO	280.000.000	01/08/2020	01/08/2021	TOKIO
RCG	100.000.000	01/08/2020	01/08/2021	TOKIO
AUTO FROTA	TABELA FIPE	24/08/2020	24/08/2021	PORTO SEGURO
TRANSPORTE NACIONAL	4.000.000	28/02/2020	28/02/2021	SURA
TRANSPORTE INTERNACIONAL	US\$ 3,000,000	28/02/2020	28/02/2021	SURA
GARANTIA JUDICIAL	7.211.077	08/06/2018	08/06/2021	POTTENCIAL
GARANTIA JUDICIAL	7.497.619	14/07/2019	14/07/2022	TOKIO
GARANTIA JUDICIAL	2.439.058	23/11/2019	23/11/2022	POTTENCIAL
GARANTIA JUDICIAL	537.131	25/10/2018	25/04/2021	POTTENCIAL
GARANTIA JUDICIAL	3.560.795	14/08/2019	14/08/2021	POTTENCIAL
GARANTIA JUDICIAL	1.920.000	28/02/2019	28/02/2024	POTTENCIAL
GARANTIA JUDICIAL	1.025.940	23/05/2019	23/05/2024	POTTENCIAL
GARANTIA JUDICIAL	701.179	18/12/2019	18/12/2022	FATOR
GARANTIA JUDICIAL	25.455.429	06/02/2020	06/02/2025	FATOR
GARANTIA JUDICIAL	1.161.362	11/02/2020	11/02/2023	POTTENCIAL
GARANTIA JUDICIAL	40.522.752	03/04/2020	03/04/2025	FATOR
GARANTIA JUDICIAL	132.893	26/05/2020	26/05/2023	FATOR
GARANTIA JUDICIAL	122.113	04/06/2020	04/06/2023	FATOR
GARANTIA JUDICIAL	134.920	02/06/2020	02/06/2023	FATOR
GARANTIA JUDICIAL	300.202	15/06/2020	15/06/2025	FATOR
GARANTIA JUDICIAL	286.135	17/06/2020	17/06/2023	FATOR
GARANTIA JUDICIAL	541.439	19/06/2020	19/06/2023	FATOR
GARANTIA JUDICIAL	118.712	25/06/2020	25/06/2023	FATOR
GARANTIA JUDICIAL	514.251	01/07/2020	01/07/2023	Fator
GARANTIA JUDICIAL	159.405	16/07/2020	16/07/2023	Fator
GARANTIA JUDICIAL	1.017.519	03/08/2020	04/08/2025	Ezze
GARANTIA JUDICIAL	874.722	16/08/2020	17/08/2025	Ezze

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

20. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

O Metrô Rio tem contratadas duas cartas de fiança com o Banco ABC Brasil para prestação de garantia aos contratos de fornecimento de energia com a Rio Paranapanema para as linhas 1, 2 e 4, com valor total afiançado de R\$12.645.

21. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Além dos contratos de fornecimento vigentes, a Companhia também possui compromisso relativo a dois contratos de fornecimento de energia elétrica com a Rio Paranapanema Energia S.A.

O primeiro, celebrado em 26 de janeiro de 2009, a fim de atender o período entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2021, foi convencionado por dois motivos estratégicos:

(i) Contratação de montante de energia complementar, suficiente para atender ao início da operação

da Linha 1A, da entrada em operação dos 19 novos trens e das estações General Osório, Cidade Nova e Uruguai, para o período entre 2011 e 2015; e

(ii) Contratação do montante de energia elétrica para atender ao consumo total das Linhas 1 e 2 do sistema metroviário até 31 de dezembro de 2021, após o vencimento do contrato vigente no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015.

O segundo contrato, celebrado em 9 de maio de 2016, visa suprir a demanda da Linha 4 no período entre 1º de agosto de 2016 e 31 de julho de 2021.

A Companhia também possui um contrato de operação e manutenção da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro, extensão de Ipanema a Barra da Tijuca, assinado entre MetrôRio, CRB e o MetrôBarra (interveniente), onde, o MetrôRio, fica incumbido de executar a operação e manutenção da Linha 4 após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente.

Instrumentos financeiros	30/09/2020		31/12/2019	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	12.730	-	162.955	-
Aplicações financeiras	58.194	-	59.920	-
Contas a receber	-	17.117	-	55.474
Partes relacionadas	-	100	-	10.485
Total do ativo	70.924	17.217	222.875	65.959
Passivos				
Fornecedores	-	87.437	-	80.359
Partes relacionadas	-	79.439	-	53.257
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	1.044.188	-	1.053.132
Concessão de serviço público	-	7.402	-	10.970
Obrigações com empregados e administradores	-	38.234	-	33.291
Total do passivo	-	1.256.700	-	1.231.009

b) Crítérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo do valor justo

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI e as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Taxa Referencial (TR) e Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

e) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das aplicações financeiras com indexador dólar.

f) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

No quadro abaixo, são considerados: (i) três cenários, sendo o cenário considerado provável pela Companhia e (ii) cenários variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a CVM através da Instrução nº 475, de 17 de dezembro de 2008, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
DI Ativo (% ao ano)	2,34%	1,76%	1,17%
DI Passivo (% ao ano)	2,34%	2,93%	3,51%
TR Passivo (% ao ano)	0,01%	0,01%	0,02%
TJLP (% ao ano)	4,42%	5,53%	6,63%
Taxa Câmbio Ativo (R\$/US\$)	R\$5,17	R\$3,88	R\$2,59

Fonte: BACEN, BNDES, IBGE, CETIP e BM&F BOVESPA em 30 de setembro de 2020

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Empresa	Risco/ indexador	Base	Resultado		
			Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras circulante					
Fundo cambial exclusivo	DÓLAR	53.956	278.955	209.351	139.747
Aplicações financeiras não circulante					
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	4.238	99	73	50
TOTAL		58.194	279.054	209.424	139.797

Empresa	Risco/ indexador	Base	Resultado		
			Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
BNDES	TJLP	172.082	7.606	9.516	11.409
Financiamento CEF	TR	216.360	22	21	43
Debênture LAMSA (CEF)	TR	92.761	9	9	18
Debênturista I	DI	572.434	13.394	16.730	20.119
Banco Do Brasil	DI	18.000	421	527	632
TOTAL		1.071.638	21.452	26.801	32.222
Aplicações financeiras vinculadas (*)					
	DI	(23.099)	(540)	(406)	(271)
TOTAL		1.048.539	20.912	26.395	31.950

(*) Aplicações financeiras atrelada à dívida, mantida conforme previsto em contrato.

Os montantes acima apresentados estão brutos, ou seja, não contemplam o custo de captação.

g) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	30/09/2020	31/12/2019
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.044.188	1.053.132
Caixa e equivalentes de caixa	(12.730)	(162.955)
Aplicações financeiras	(58.194)	(59.920)
Dívida líquida	973.264	830.257
Patrimônio líquido	1.176.715	1.346.170
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.149.979	2.176.427

h) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

30 de setembro de 2020	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	405.203	566.879	99.555	1.071.637
Fornecedores	87.437	-	-	87.437
Concessão de serviço público	-	7.402	-	7.402

23. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
Aquisição de imobilizado/intangível ainda não liquidada financeiramente	1.276	4.043

3T20

RESULTADOS
METRÔRIO

UMA EMPRESA

invepar
MOBILIDADE
URBANA

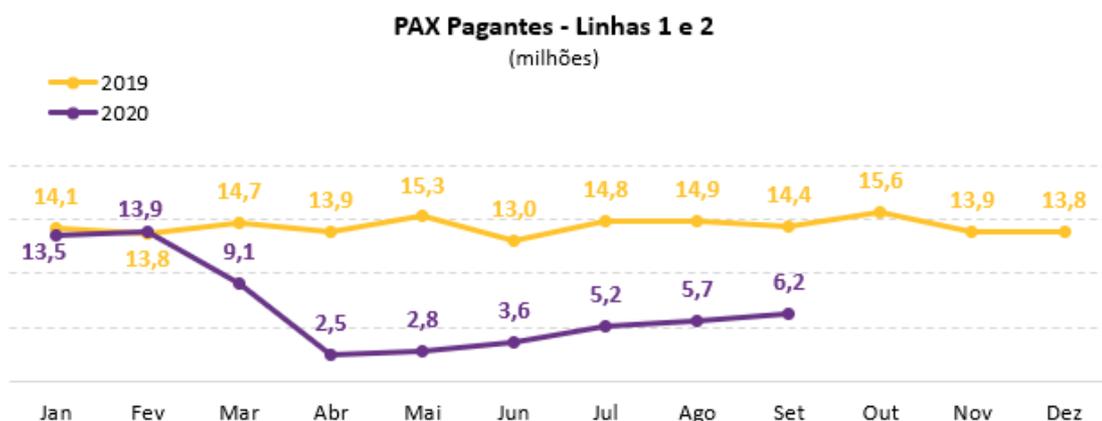


METRÔRIO

Destques

MetrôRio tem recuperação importante no fluxo de passageiros

A partir do 3T20, quando as medidas de isolamento social começaram a ser flexibilizadas, o MetrôRio passou a registrar uma melhora importante no fluxo de passageiros (PAX) Pagantes.



Ao final de setembro, verificou-se aumento de 145% na demanda em comparação a abril, pior mês de desempenho histórico. No entanto, o volume de setembro de 2020 ainda é significativamente menor (43,2%) em relação ao apresentado em 2019.

Os resultados financeiros da Companhia ainda refletem os efeitos da grave crise que passamos, apresentando no acumulado do ano uma redução na Receita Operacional na ordem R\$ 290 milhões e, conseqüentemente, Prejuízo de R\$ 170,5 milhões.

Indicadores Selecionados (Milhões)	3T20	3T19	▲	9M20	9M19	▲
PAX Pagantes - L1 e L2	17,1	44,2	-61,5%	62,6	129,0	-51,5%
Receita Líquida (R\$)	88,8	212,9	-58,3%	310,7	600,7	-48,3%
EBITDA(R\$)	(38,8)	78,4	-149,5%	(79,1)	193,5	-140,8%
Prejuízo do Exercício (R\$)	(65,8)	7,5	-989,2%	(170,5)	(5,8)	2889,5%

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2020. A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio, empresa do Grupo Invepar, divulga os resultados do 3T20 e do 9M20. Foram realizadas comparações com os mesmos períodos de 2019, conforme indicado. As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações contábeis intermediárias revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.



Resultados

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

No 3T20, verificamos os primeiros sinais de recuperação na demanda de passageiros, fator essencial para a continuidade das operações do MetrôRio.

Desde o início da crise, a Companhia adotou medidas céleres e tomou as decisões necessárias para manutenção das atividades e continuidade dos negócios. Apesar da natureza ser majoritariamente fixa, a Companhia tem conseguido reduzir Custos e Despesas. As conversas com credores avançaram no sentido de reestruturação da dívida e, além do *standstill* do BNDES já implementado e renovado, em outubro, por mais 6 meses, a Companhia negociou com os debenturistas da 8ª emissão a completa postergação dos fluxos de amortização e juros para 2021. Essas medidas trazem alívio financeiro para o curto prazo e dão fôlego adicional para a manutenção das operações do MetrôRio, serviço essencial para a população do Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo em que empregamos os esforços do nosso lado, esperamos que Poder Concedente avance nas questões relacionadas ao reequilíbrio do contrato de concessão, que é fundamental para a continuidade dos negócios.

Por fim, destacamos que seguimos tomando os cuidados necessários com a saúde dos nossos colaboradores e passageiros, adotando as medidas de sanitização e higienização específicas contra o Coronavírus e que, mesmo em um cenário adverso, mantivemos o MetrôRio operante e prestando serviços de qualidade. Neste contexto, fomos reconhecidos pelo Prêmio Valor Inovação Brasil 2020 como uma das cinco empresas mais inovadoras do país do segmento de transporte e logística.

Diretor de Relações com Investidores

Enio Stein Junior



<http://metrorio.ri.invepar.com.br>



DRI@metrorio.com.br



+55 21 2211 1300

Equipe de Relações com Investidores

Nilton Pimentel

Aline Campos

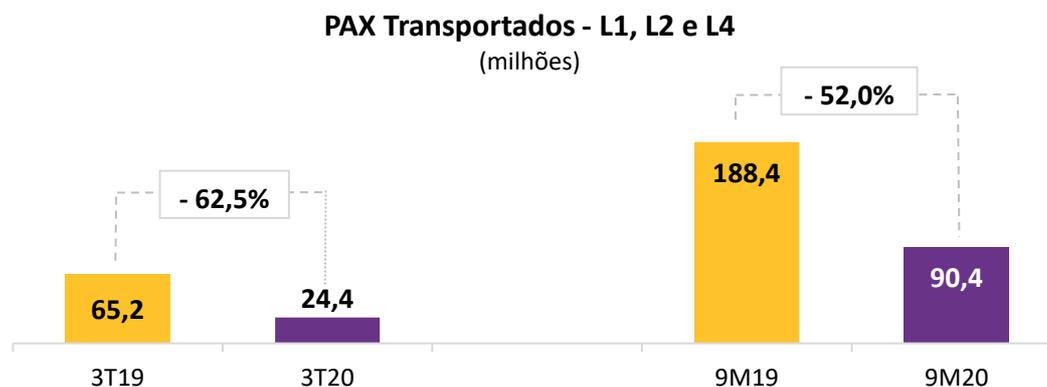
Rafael Rondinelli

Amanda Pimentel

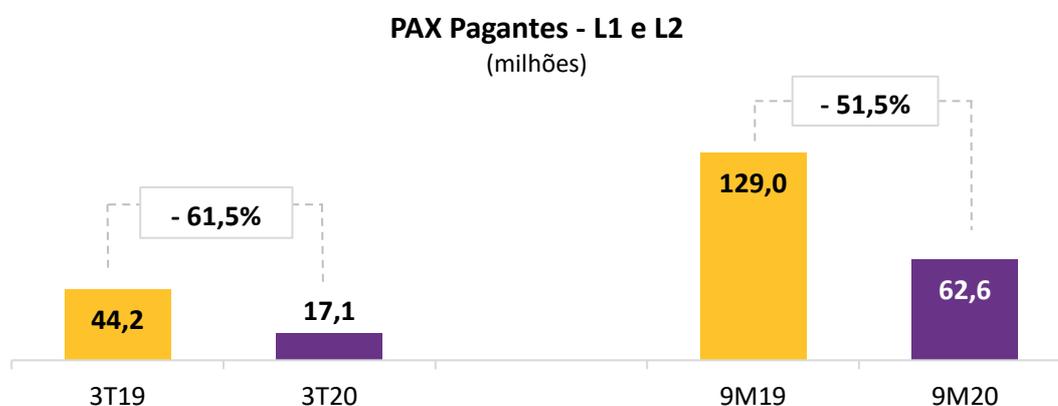


RESULTADOS OPERACIONAIS

Desempenho Operacional (Milhões)	3T20	3T19	▲	9M20	9M19	▲
Passageiros (PAX) Pagantes - L1 e L2	17,1	44,2	-61,5%	62,6	129,0	-51,5%
Passageiros (PAX) Transportados - L1, L2 e L4	24,4	65,2	-62,5%	90,4	188,4	-52,0%

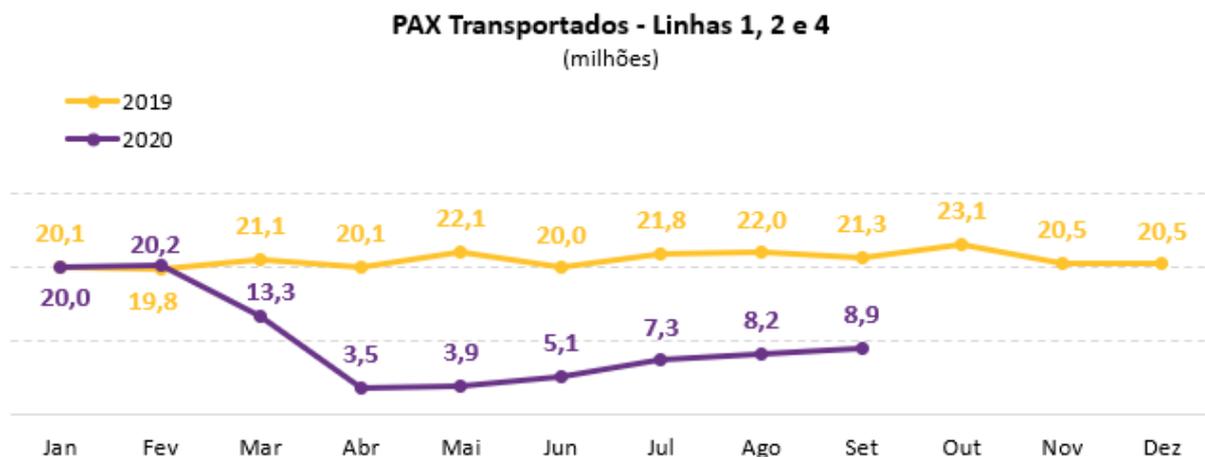


No terceiro trimestre e no acumulado do ano de 2020, as Linhas 1, 2 e 4 do sistema de metrô do Rio de Janeiro transportaram (pagantes e não pagantes) 24,4 milhões e 90,4 milhões de passageiros, respectivamente, uma queda de 62,5% e de 52,0% em relação aos mesmos períodos de 2019. Esta redução está relacionada aos efeitos adversos da COVID-19.



Em relação aos passageiros pagantes nas Linhas 1 e 2, ou seja, excluindo os resultados da Linha 4, verificamos uma diminuição de 61,5% no 3T20 em relação ao 3T19 e de 51,5% no 9M20 comparado ao 9M19. Portanto, na visão comparativa entre as linhas do sistema, observa-se redução maior no fluxo de passageiros da Linha 4, que pode estar relacionada ao tipo de trabalho dos clientes que utilizam as linhas 1 e 2.





Analisando os dados mensais, tivemos em abril o pior resultado já verificado pela Companhia, apresentando redução de 82% no fluxo de passageiros transportados. Ao passo em que as medidas de isolamento social são flexibilizadas, nota-se recuperação no fluxo de passageiros, como visto em setembro, que apresentou uma demanda 252% superior a abril, mas ainda 57% abaixo da verificada no mesmo período de 2019.

RESULTADOS FINANCEIROS

Assim como divulgado nos resultados do 2º trimestre do ano, as Informações Intermediárias do 3º trimestre também apresentaram redução na Receita Operacional e no Fluxo de Caixa devido aos impactos da COVID-19.

Na tabela abaixo estão os principais índices que auxiliarão no entendimento dos resultados financeiros da Companhia, apresentados a seguir.

Inflação, Câmbio e Juros	9M20	9M19	▲
Dólar Final do Período (R\$)	5,64	4,15	35,9%
CDI Final do Período	1,90%	5,40%	-3,5 pp
CDI Acumulado Últimos 12 meses	3,54%	6,25%	-2,7 pp
TR Final do Período	0,00%	0,00%	0,0 pp
TR Acumulado	0,00%	0,00%	0,0 pp
TJLP Final do Período	4,91%	5,95%	-1,0 pp
TJLP Média Últimos 12 meses	5,13%	6,56%	-1,4 pp

<https://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpesq.asp?id=txcotacao>

http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-segmentos-e-setoriais/serie-historica-do-di.htm

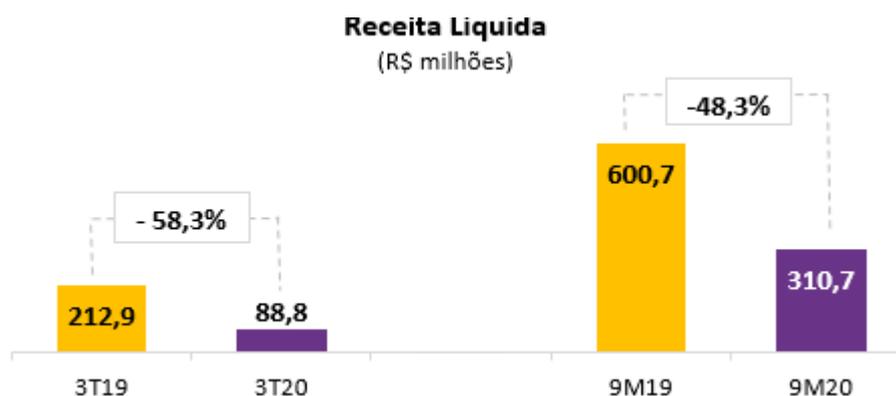
<https://calculadorarendafixa.com.br/#>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp>



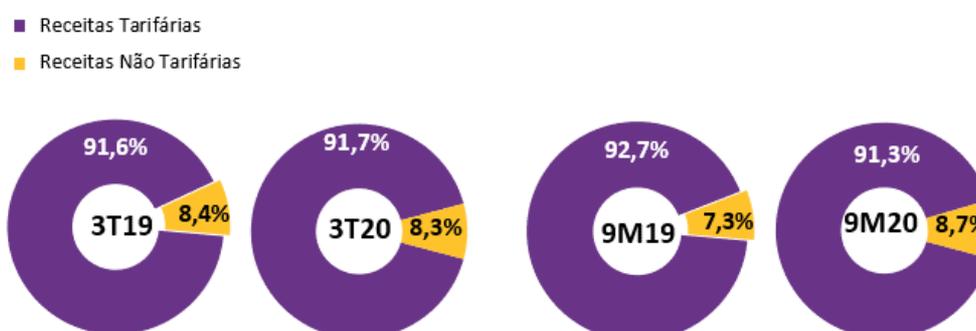
RECEITAS

Receita Operacional (R\$ Milhões)	3T20	3T19	▲	9M20	9M19	▲
Receitas Tarifárias	84,4	201,5	-58,1%	293,3	574,3	-48,9%
Receitas Não Tarifárias	7,7	18,4	-58,5%	28,1	45,4	-38,3%
Receita Bruta	92,1	219,9	-58,2%	321,4	619,7	-48,1%
Deduções da Receita Bruta	(3,3)	(7,0)	-53,6%	(10,8)	(19,0)	-43,7%
Receita Líquida	88,8	212,9	-58,3%	310,7	600,7	-48,3%



A redução da Receita Líquida da Companhia tanto no trimestre quanto no resultado acumulado no ano está relacionada ao menor número de passageiros, decorrente da crise relacionada à COVID-19.

Receita Bruta Tarifária e Não Tarifária



As Receitas Não Tarifárias também apresentaram redução devido à crise atual, além de uma série de renegociações e revisões contratuais, visando a continuidade dos negócios no longo prazo.



CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas (R\$ Milhões)	3T20	3T19	▲	9M20	9M19	▲
Pessoal	(56,0)	(59,9)	-6,7%	(186,2)	(198,0)	-6,0%
Conservação & Manutenção	(20,9)	(21,8)	-4,6%	(63,5)	(63,3)	0,3%
Operacionais	(29,1)	(34,7)	-16,4%	(98,6)	(108,2)	-8,9%
Despesas Administrativas	(21,7)	(18,1)	19,3%	(41,5)	(37,6)	10,4%
Depreciação & Amortização	(41,0)	(40,1)	2,2%	(119,0)	(123,1)	-3,4%
Custos & Despesas Operacionais	(168,7)	(174,6)	-3,4%	(508,8)	(530,2)	-4,0%

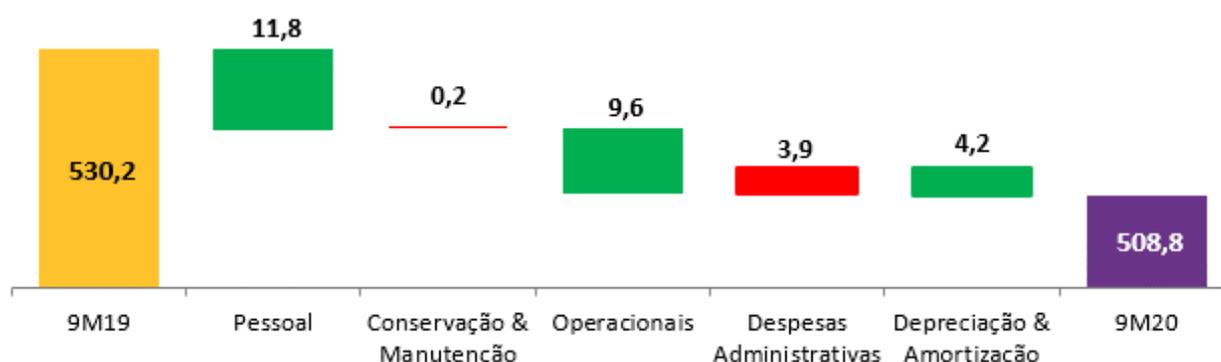
A redução nos Custos e Despesas reflete os esforços que a Companhia vem empregando para manter as operações mesmo em um cenário desafiador como o que estamos vivendo. A seguir serão detalhadas as principais frentes de atuação.

Composição dos Custos e Despesas Operacionais



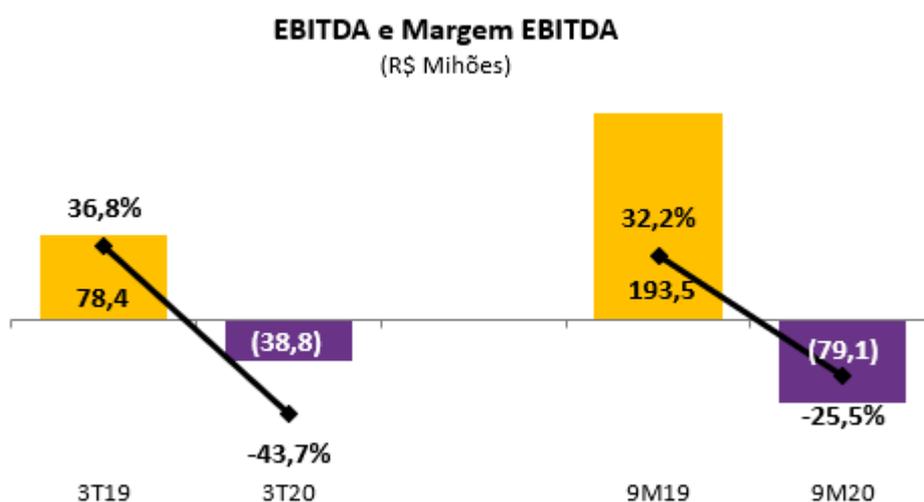
A queda em Custos e Despesas com Pessoal é explicada pela redução da carga horária, suspensão dos contratos de trabalho e pela redução no quadro funcional. Nas linhas de Conservação & Manutenção e de Despesas Operacionais, tivemos uma menor quantidade de ações corretivas e preventivas não essenciais, ou seja, sem impactos para a confiabilidade das operações, e um menor consumo de energia devido à redução da distância percorrida pelos trens, em função da adequação do modelo operacional à nova demanda de passageiros resultante da pandemia. Nas Despesas Administrativas, a Companhia reduziu os gastos com consultoria e assessoria, o que compensou parcialmente o aumento de cerca de R\$ 5,0 milhões em Provisões Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD.

Varição dos Custos e Despesas Operacionais (R\$ Milhões)

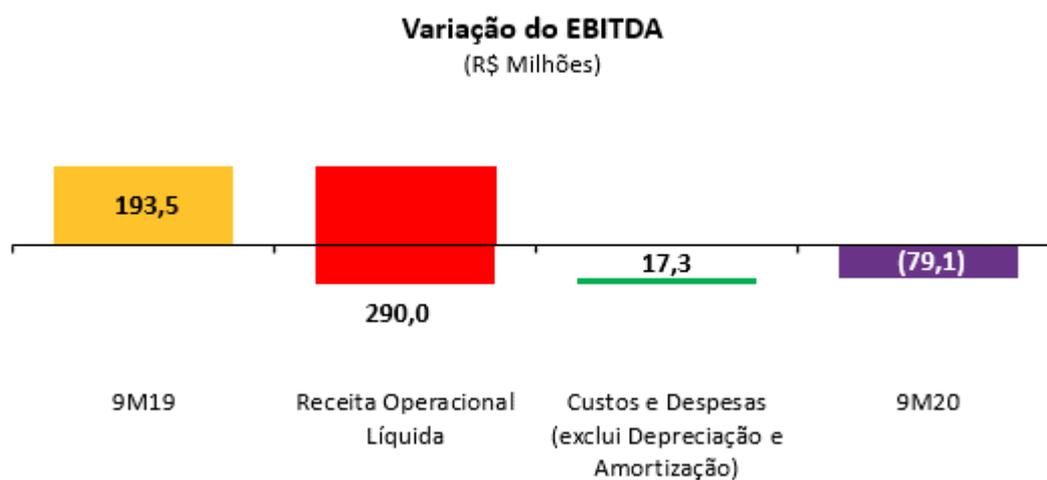


EBITDA

EBITDA e Margem EBITDA (R\$ Milhões)	3T20	3T19	▲	9M20	9M19	▲
Lucro (Prejuízo) do período	(65,8)	7,5	-989,2%	(170,5)	(5,8)	2889,5%
(+) Resultado Financeiro Líquido	19,7	24,4	-19,7%	62,0	77,8	-20,3%
(+) IRPJ & CSLL	(33,7)	6,4	-634,9%	(89,6)	(1,6)	5500,0%
(+) Depreciação & Amortização	41,0	40,1	2,2%	119,0	123,1	-3,4%
EBITDA Instrução CVM N° 527/12	(38,8)	78,4	-149,5%	(79,1)	193,5	-140,8%
Receita Líquida	88,8	212,9	-58,3%	310,7	600,7	-48,3%
Margem EBITDA (%)	-43,7%	36,8%	-80,6 pp	-25,5%	32,2%	-57,7 pp



A Companhia registrou EBITDA e Margem EBITDA negativos tanto no semestre quanto no 3º trimestre devido à redução relevante na Receita Operacional Líquida.



RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Resultado Financeiro (R\$ Milhões)	3T20	3T19	▲	9M20	9M19	▲
Resultado Financeiro Líquido	(19,7)	(24,4)	-18,3%	(62,0)	(77,8)	-19,6%
Receitas Financeiras	9,4	7,6	23,7%	33,7	19,0	77,8%
Juros	4,6	6,7	-31,8%	25,9	14,6	77,4%
Variação monetária e cambial	4,8	0,9	487,5%	7,8	4,4	79,1%
Despesas Financeiras	(29,1)	(32,0)	-9,1%	(95,7)	(96,8)	-1,2%
Juros	(28,0)	(26,0)	7,3%	(79,4)	(79,9)	-0,6%
Variação monetária e cambial	(0,1)	(3,2)	-100,0%	(4,9)	(7,3)	-33,3%
Outros	(1,0)	(2,8)	-67,9%	(11,4)	(9,6)	17,7%

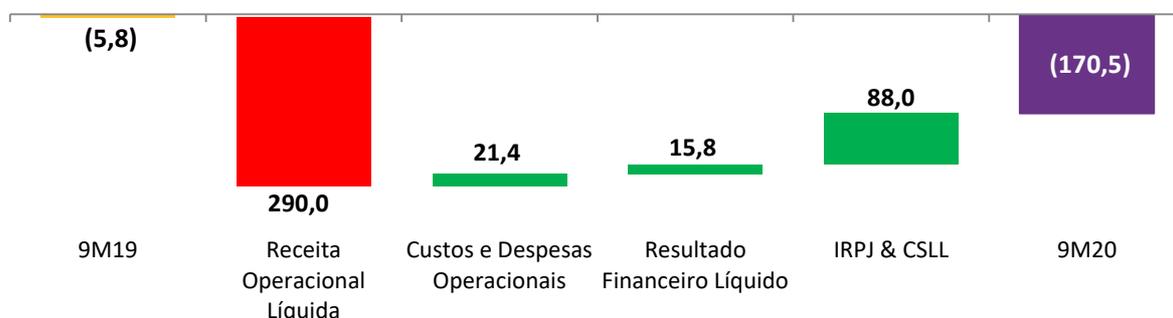
O Resultado Financeiro Líquido melhorou tanto no 3º trimestre quanto no 9M20 devido: i) à maior rentabilidade das aplicações financeiras indexadas ao Dólar Americano, que ao final de setembro de 2020 registrava valorização de 35,9% frente ao Real em relação ao mesmo período do ano 2019; ii) à queda nas taxas TJLP e CDI, que remuneram o passivo financeiro; iii) à menor variação monetária em passivos não financeiros; e iii) à postergação dos pagamentos de juros da dívida, após negociação junto aos debenturistas da 8ª emissão e adesão ao programa de *standstill* do BNDES.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Resultado do Exercício (R\$ Milhões)	3T20	3T19	▲	9M20	9M19	▲
Prejuízo do Exercício	(65,8)	7,5	-989,2%	(170,5)	(5,8)	2889,5%

O prejuízo de R\$ 170,5 milhões no resultado acumulado de 2020 é explicado pela queda na Receita Operacional, consequência da redução do fluxo de passageiros e da crise provocada pela pandemia do Coronavírus. Compensou parcialmente este efeito as ações e esforços da Companhia no sentido de redução de Custos e Despesas e de renegociação de dívidas.

Evolução do Resultado do Exercício (R\$ Milhões)



ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Milhões)	9M20	9M19	▲
Dívida Bruta	(1.044,2)	(1.056,3)	-1,2%
Curto Prazo	(405,2)	(179,5)	125,7%
Empréstimos e Financiamentos	(72,0)	(47,5)	51,9%
Debêntures	(333,2)	(132,0)	152,4%
Longo Prazo	(639,0)	(876,8)	-27,1%
Empréstimos e Financiamentos	(311,2)	(337,0)	-7,7%
Debêntures	(327,8)	(539,8)	-39,3%
Disponibilidades	70,9	201,0	-64,7%
Caixa e equivalentes de caixa	12,7	140,8	-91,0%
Aplicações Financeiras	58,2	60,2	-3,5%
Dívida Líquida	(973,3)	(855,3)	13,8%

Ao final de setembro de 2020, a Dívida Bruta do MetrôRio estava em linha com a apresentada no mesmo período de 2019. A Dívida Líquida, por sua vez, aumentou devido à menor posição de caixa.

Assembleia Geral de Debenturistas – AGD

Em 10 de setembro de 2020, os debenturistas da 8ª emissão, reunidos em AGD, deliberaram pela reprogramação das parcelas de juros e de amortização, de modo que não ocorressem novos pagamentos no ano corrente, trazendo alívio financeiro e preservando o caixa da Companhia.

INVESTIMENTOS

R\$ Milhões	9M20	9M19	▲
Adição ao Imobilizado	1,9	9,2	-79,1%
Adição ao Intangível (Software & Outros)	-	0,3	-100,0%
Investimentos na Concessão	77,0	60,6	27,1%
Total Investido	78,9	70,1	12,6%

No período de janeiro a setembro de 2020 foram investidos R\$ 78,9 milhões, dando continuidade aos projetos de revitalização das abóbadas do centro de manutenção, de truques, de lastros de trechos críticos na linha 2, das vias (dormentes, trilhos e fixações), do engate dos trens CRC, além da recuperação de máquinas e de obras de artes especiais.



Sobre a Companhia

Inaugurado em março de 1979, o metrô do Rio de Janeiro começou transportando meio milhão de pessoas, em uma média diária de 60 mil usuários. Em 1998, a empresa MetrôRio assumiu a administração e a operação das Linhas do metrô carioca e em dezembro de 2009 passou a fazer parte do Grupo Invepar.

A concessionária MetrôRio tem sob seu controle a administração, manutenção e operação das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro, que juntas circulam entre a Zona Sul, a Zona Norte e o Centro, por 36 estações em 42 quilômetros.

O prazo da concessão é até 2038.

Metrô na Superfície

É uma extensão do metrô realizada através de duas linhas de ônibus operadas e padronizadas pelo MetrôRio, que conecta as estações Botafogo e Antero de Quental aos bairros Humaitá, Jardim Botânico e Leblon.

Linha 4

O MetrôRio presta os serviços de operação, manutenção do material rodante, sistema e infraestrutura para a Linha 4. Com 12 km de extensão e 5 estações, a linha 4 faz a conexão da Zona Oeste a Zonal Sul do Rio de Janeiro.



Anexos

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R\$ Milhões)	3T20	3T19	▲	9M20	9M19	▲
Receita Bruta	92,1	219,9	(0,6)	321,4	619,7	(0,5)
Receitas com Bilheteria	84,4	201,5	(0,6)	293,3	574,3	(0,5)
Receitas Acessórias	7,7	18,4	(0,6)	28,1	45,4	(0,4)
Deduções da Receita Bruta	(3,3)	(7,0)	(0,5)	(10,8)	(19,0)	(0,4)
Receita Líquida	88,8	212,9	(0,6)	310,7	600,7	(0,5)
Custos & Despesas	(168,7)	(174,6)	(0,0)	(508,8)	(530,2)	(0,0)
Pessoal	(56,0)	(59,9)	(0,1)	(186,2)	(198,0)	(0,1)
Conservação & Manutenção	(20,9)	(21,8)	(0,0)	(63,5)	(63,3)	0,0
Operacionais	(29,1)	(34,7)	(0,2)	(98,6)	(108,2)	(0,1)
Despesas Administrativas	(21,7)	(18,1)	0,2	(41,5)	(37,6)	0,1
Depreciação & Amortização	(41,0)	(40,1)	0,0	(119,0)	(123,1)	(0,0)
RESULTADO OPERACIONAL	(79,9)	38,3	(3,1)	(198,1)	70,5	(3,8)
Resultado Financeiro Líquido	(19,6)	(24,4)	(0,2)	(62,0)	(77,8)	(0,2)
Receitas Financeiras	9,4	7,6	0,2	33,7	19,0	0,8
Juros sobre aplicações financeiras	4,5	6,6	(0,3)	25,9	14,5	0,8
Variação monetária ativa	0,6	0,3	1,5	1,9	2,2	(0,1)
Variações cambiais ativas	4,2	0,6	7,4	5,8	2,2	1,8
Despesas Financeiras	(29,0)	(32,0)	-9,1%	(95,7)	(96,8)	(0,0)
Comissões e despesas bancárias	(0,4)	(0,2)	300,0%	(10,0)	(0,8)	1328,6%
Juros passivos	(11,0)	(8,0)	37,5%	(28,2)	(27,6)	2,5%
Variação monetária passiva	(0,4)	(2,3)	-81,8%	(2,0)	(5,0)	-61,2%
Variações cambiais passivas	0,3	(0,9)	-133,3%	(2,9)	(2,3)	31,8%
Juros sobre debêntures	(17,0)	(20,4)	-16,7%	(51,2)	(60,8)	-15,8%
Outros	(0,5)	(0,2)	400,0%	(1,3)	(0,5)	225,0%
RESULTADO ANTES DE IR & CSL	(99,5)	13,9	-815,1%	(260,1)	(7,4)	3463%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	-	-	-	1,7	1,4	21,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	33,7	(6,4)	-634,9%	87,9	0,2	43850,0%
IR & CSL	33,7	(6,4)	-634,9%	89,6	1,6	55,0
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(65,8)	7,5	-977,3%	(170,5)	(5,8)	2889,5%



BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (em R\$ Milhões)	9M20	2019
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	12,7	163,0
Aplicações financeiras	54,0	56,6
Créditos a receber	7,3	41,2
Estoques	79,2	71,0
Impostos a recuperar	10,8	9,2
Adiantamentos	22,1	14,1
Partes relacionadas	0,0	0,1
Outros	0,5	0,5
Total do Circulante	186,7	355,7
Ativo não Circulante		
Aplicações financeiras	4,2	3,3
Partes relacionadas	0,1	10,4
Créditos a receber	9,8	14,3
Impostos a recuperar	6,0	6,0
Impostos diferidos ativos	122,7	34,8
Depósitos judiciais	29,8	48,9
Imobilizado	50,8	56,9
Intangível	2.086,2	2.120,6
Total do Não Circulante	2.309,7	2.295,2
TOTAL DO ATIVO	2.496,4	2.650,9



Passivo (em R\$ Milhões)	9M20	2019
Passivo Circulante		
Fornecedores	87,4	80,4
Empréstimos e financiamentos	72,0	47,7
Debêntures	333,2	271,7
Impostos a recolher	1,7	3,8
Obrigações com empregados e administradores	38,2	33,3
Concessão de serviço público	-	2,3
Adiantamentos de clientes	23,8	36,8
Dividendos e JSCP	2,6	2,6
Partes relacionadas	25,8	13,6
Outros	-	-
Total do Circulante	584,8	492,0
Passivo Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	311,2	324,9
Debêntures	327,8	408,7
Partes Relacionadas	53,6	39,7
Impostos a recolher	0,2	0,2
Concessão de serviço público	7,4	8,7
Prov. obrigações legais vinculadas a processos judiciais	29,6	26,8
Receita diferida	2,2	0,7
Outros	2,9	2,9
Total do Não Circulante	734,9	812,7
TOTAL DO PASSIVO	1.319,7	1.304,7
Patrimônio Líquido		
Capital social	1.345,2	1.344,2
Reserva legal	0,5	0,5
Reserva de retenção de lucros	1,5	1,5
Resultado do exercício	(170,5)	-
Total do Patrimônio Líquido	1.176,7	1.346,2
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.496,4	2.650,9

